

Presos à rotina virtual

Após um ano e meio de pandemia,
trabalhadores enfrentam novos
desafios. Páginas 22 a 25



JÁ IMAGINOU O

BRASIL

SEM SERVIÇO PÚBLICO?

— NÃO À —

**REFORMA
ADMINISTRATIVA**

#VAI PIORAR

A REFORMA ADMINISTRATIVA VAI PRIVAR
VOCÊ DOS DIREITOS ESSENCIAIS À VIDA.

ACESSE O SITE
VAIPIORAR.COM.BR
E ENTENDA A CAMPANHA

 **@VAI.PIORAR**

ÍNDICE

Editorial

4



Sisejufe vai às ruas contra a Reforma Administrativa de Guedes-Bolsonaro

5

Reforma Administrativa ou desmonte do Estado?



6

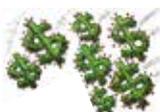
Projeto revela as cicatrizes do fogo no Brasil

10

Os indiferentes e os invisíveis

13

A saúde é um bem público mundial



16

DAP se rende ao mundo virtual

19

20



Sisejufe debate questões de trabalho, pandemia e saúde

22

Home Office: um ano e meio de pandemia e ainda falta regulamentação

26

Vai passar

28

Uma vida de resistência



32

#MuseuNacionalVive

36

Servidores do Judiciário avançam nas questões de carreira junto ao CNJ

39



Tentativas de desestabilização voltam a assombrar países da América Latina



SISEJUFÉ
SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS
FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br> – E-MAIL: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriano Nunes • Alexander Oliveira • Alexandre Graciano • Alexandre Magno • Amaro Faustino • Andrea Capellão • Anny Figueiredo • Carlos Eduardo Cruz • Carlos Henrique Ramos • Dulavim De Oliveira • Edson Mouta • Eliene Valadão • Fernanda Lauria • Helena Cruz • Iuri Peixoto • João Victor Albuquerque • Joel Lima • José Ricardo Horta • Juliana Avelar • Larissa Lima Azevedo • Laura Diógenes • Leila Nascimento • Lício Coelho • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro • Maria Eunice Barbosa • Mariana Petersen • Mariana Liria • Michel Carneiro • Neli Rosa • Nilton Pinheiro • Pietro Valério • Ricardo de Azevedo Soares • Ricardo Loureiro • Ricardo Quiroga • Rodrigo Alcantara • Ronaldo Das Virgens • Soraia Garcia Marca • Tereza Ribeiro • Valter Nogueira Alves • Vitor Hugo Teixeira
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda.
CONSELHO EDITORIAL: Fernanda Lauria • José Ricardo de Almeida Horta • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Maria Eunice Barbosa • Mariana Liria • Ricardo Quiroga Vinhas • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves • Vera Miranda

IDEIAS EM REVISTA

Coordenação: Tais Faccioli (MTE 22185) • **Edição:** Max Leone (MTE RJ/19002/JP) • Heloiza Gomes (MTE RJ 17.091) • **Redação:** Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) • Henri Figueiredo (MTB 12.085) • Manuella Soares (Fenaj/JP 31684-RJ) • **Diagramação:** Gilson Castro • **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 3.500

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação, exceto os artigos assinados, são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”



O ano de 2021 é o mais dramático na História do Brasil com uma crise econômica, social e política sem precedentes, em meio a uma pandemia que ceifou quase 600 mil vidas de brasileiras e brasileiros, inclusive muitos colegas.

Não dá para tapar o sol com a peneira: essa situação é fruto de uma política deliberada, negacionista e genocida que visa ao estabelecimento de um projeto de poder autoritário, excludente, violento e obscurantista. O talibanismo, tão falado, não está tão distante, pois se tem a sua versão brasileira.

Com a pandemia e o necessário distanciamento social, quarentena, observação das medidas sanitárias, o Sisejufe precisou se adaptar na sua

luta em defesa da categoria. Investimento nas ferramentas virtuais, assembleias e reuniões ocorrendo de modo remoto, lives, vídeos e twittaços se tornaram o novo normal.

O sindicato lutou para garantir a saúde e condições de trabalho dignas dos servidores em todos os Tribunais, participando de elaboração de protocolos de retorno, reunindo-se com as Administrações, utilizando meios jurídicos quando necessário, acompanhando a situação da pandemia no dia a dia.

Entretanto, foi necessária também uma grande mobilização contra a reforma administrativa, a nefasta PEC 32, que pretende a destruição do serviço público, atingindo servidores atuais e futuros e prejudicando de

modo irreversível a população. Uma reforma a toque de caixa, cujo objetivo é o aparelhamento do Estado por políticos inescrupulosos, milícia e consolidação em nível nacional da tristemente famosa rachadinha.

O Sisejufe combateu desde o primeiro momento a PEC 32, esclarecendo a categoria através de lives, matérias, vídeos, pressionando parlamentares, construindo atividades em comum com outras entidades, frentes, além da própria Fenajufe, participando de mobilizações nas redes e nas ruas (observando a proteção necessária para evitar o COVID-19). Não se poupou esforços, nem investimento nessa luta.

Diante desse ataque sem precedentes, o Sindicato optou por ousar e investir em uma campanha própria visando a furar a bolha e chegar à população em geral. Assim surgiu a campanha Vai Piorar, que, com uma linguagem acessível e materiais dinâmicos e de qualidade, buscou desmontar as falácias dos defensores da PEC 32 e derrubar a proposta. Deliberou-se que, por uma questão de estratégia, não se revelaria em um primeiro momento a autoria da campanha, de modo a alcançar o máximo de pessoas, evitando resistências ao material “sindical” ou “carimbado”.

É preciso destacar que a campanha foi muito bem-sucedida, com um alcance nacional, sendo reverberada por políticos, artistas e influenciadores digitais. As sucessivas alterações no relatório da PEC 32 são fruto da pressão das mobilizações, porém, o objetivo é derrubá-la de qualquer modo no Congresso. É inaceitável qualquer retrocesso.

O Sisejufe seguirá nas lutas gerais e específicas, atento à conjuntura, informando e mobilizando a categoria. Juntos, superaremos esse período terrível.

Vacina no braço, comida no prato e fora Bolsonaro!

Sisejufe vai às ruas contra a Reforma Administrativa de Guedes–Bolsonaro

Diretoria do sindicato tem convocado a categoria para os atos em defesa do serviço público, pela vacina e “fora Bolsonaro”

Tais Faccioli

O Sisejufe atua em todas as frentes para tentar barrar a PEC 32, a Reforma Administrativa do governo Bolsonaro em tramitação no Congresso. Se aprovada, vai precarizar os serviços públicos, prejudicar a população e retirar direitos dos servidores.

Junto com a Fenajufe, e demais sindicatos, frentes e movimentos sociais, o sindicato do Rio tem sido combativo nos atos de rua, nas redes sociais e nas articulações para convencer parlamentares a votarem contra a reforma.

“Estamos mostrando força com a nossa atuação e já colhemos alguns resultados, como a retirada de pontos da reforma prejudiciais aos servidores e à população, mas o projeto continua muito ruim e precisa ser derrubado”, destacou a diretora do Sisejufe Soraia Marca.

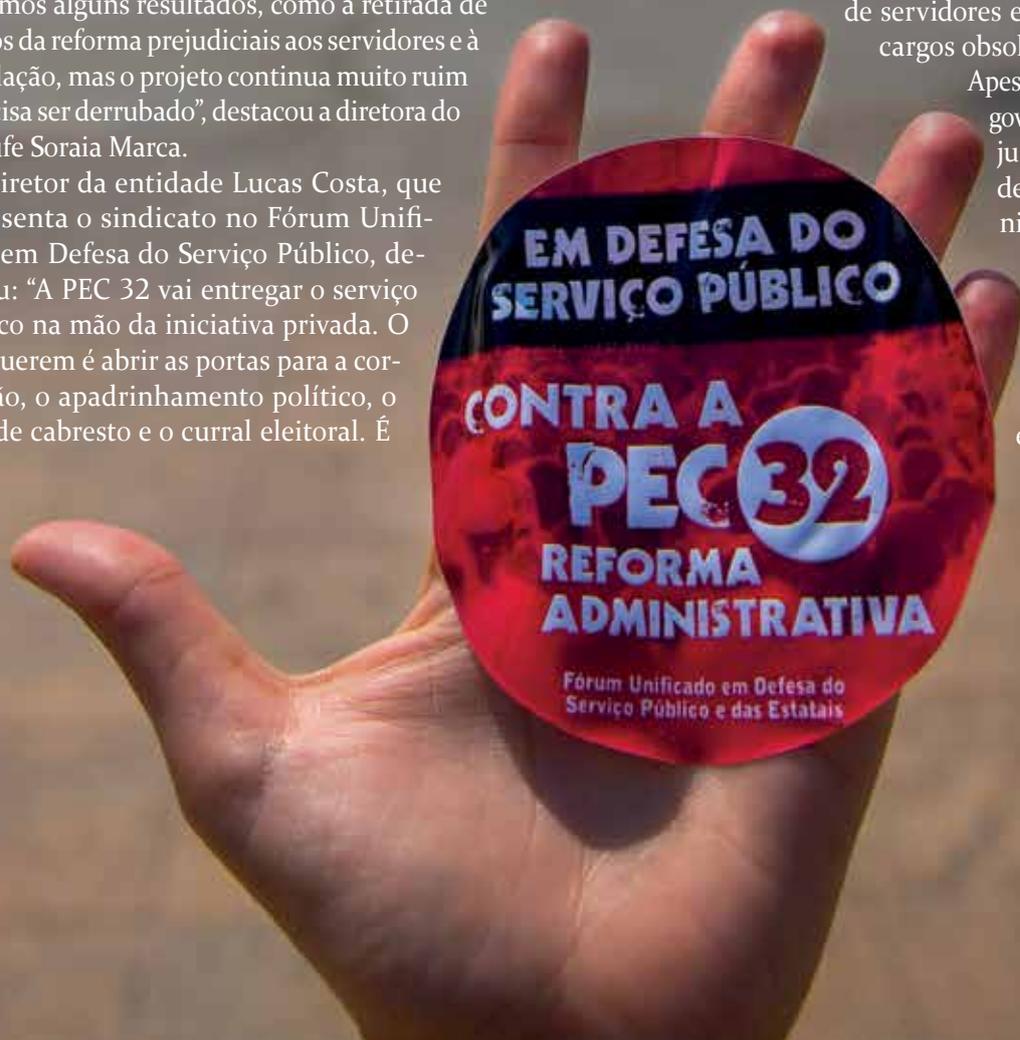
O diretor da entidade Lucas Costa, que representa o sindicato no Fórum Unificado em Defesa do Serviço Público, declarou: “A PEC 32 vai entregar o serviço público na mão da iniciativa privada. O que querem é abrir as portas para a corrupção, o apadrinhamento político, o voto de cabresto e o curral eleitoral. É

o retrocesso vindo a passos largos para retirar o acesso da população aos hospitais e às escolas públicas, deixando o Brasil refém do mercado internacional. Não vamos arrear um centímetro”.

Entenda o Substitutivo

A proposta tramita no Congresso com as alterações apresentadas no substitutivo do relator Arthur Maia (DEM-BA). Foram retirados alguns pontos negativos, como o fim da estabilidade de servidores que, pela proposta original, ficaria apenas para as carreiras típicas de Estado. Por outro lado, o texto mantém o caráter privatista da PEC, admitindo, por exemplo, o desligamento de servidores estáveis que ocupam cargos obsoletos.

Apesar de a propaganda do governo Bolsonaro tentar justificar a necessidade desta Reforma Administrativa para reduzir gastos públicos, a proposta não traz estimativa de impacto, nem projeções precisas para atingir este objetivo. ●





Tais Peyneau

Reforma Administrativa ou desmonte do Estado?

Antônio Augusto de Queiroz (*)

(*) *Jornalista, consultor e analista político, diretor de Documentação do Diap, mestrando em Políticas Públicas e Governo pela FGV/DF, e sócio das empresas Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais e Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas.*

¹ *Essa visão edulcorada da reforma é refletida, entre outros, na Carta de Conjuntura do IPEA "Ajustes nas despesas de pessoal do setor público: cenários exploratórios para o período 2020-2039", divulgada em 14 de setembro de 2020.*

A Reforma Administrativa foi concebida num contexto de desmonte e tem como pano de fundo uma série de motivações de cunho político-ideológico, para não dizer persecutório, e liberal-fiscal. Embora o discurso seja “a promoção, no âmbito do setor público, de maior eficiência na gestão dos recursos humanos e na pro-

visão de serviços à sociedade, e não a redução das despesas de pessoal”¹, na verdade o que se vê é exatamente o oposto disso, ou seja, uma proposta que não somente desestrutura a Administração e o serviço público, como viabiliza a redução da despesa.

O diagnóstico governamental, do ponto de vista ideológico, é de que o Estado: 1) é inchado em termos de pessoal; 2) é ineficiente em termos de desempenho institucional; 3) é contrário ao mercado e ao capitalismo; e 4) está capturado ou ocupado pela esquerda/comunistas.

Sob o ponto de vista liberal-fiscal, a visão governamental, igualmente, é de que o Estado: 1) é perdulário e gasta mal; 2) seus servidores ganham muito e trabalham pouco; e 3) é ineficiente e corrupto por natureza. É uma campanha permanente de desqualificação do Estado e suas instituições, que retoma o mesmo discurso das reformas de Collor (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1995).

E, em nome do combate à corrupção e do “desaparelhamento” do Estado, bem como da defesa do controle e do equilíbrio das contas públicas, é que o governo propõe: 1) reduzir a máquina pública;



O movimento sindical está mobilizado contra a Reforma Administrativa



Proposta do Governo fragiliza a prestação do serviço público

2) diminuir a presença do Estado no fornecimento de bens, e na prestação de serviços e programas sociais; 3) reduzir o número de servidores, mediante a transferência de atribuições da União para os entes subnacionais ou para as Organizações Sociais (OS) ou Serviços Sociais Autônomos, além de automatizar e digitalizar os serviços; 4) reduzir a regulação, o controle e a fiscalização; e 5) expurgar a esquerda do governo.

Nessa perspectiva, a PEC destina-se a desorganizar o serviço público, punir os atuais e submeter os futuros servidores públicos a regras draconianas de gestão de pessoal. Ela propõe: a) a inclusão do vínculo público em substituição ao conceito de cargos e funções públicas; b) introduz o cargo com vínculo por prazo indeterminado, com cargos sem estabilidade e cargos com estabilidade, no caso de cargo típico de Estado; c) introduz o “vínculo de experiência” com desempenho satisfatório, que pode ser de um ou dois anos, entre a aprovação preliminar em concurso e a nomeação, seguido de estágio probatório de um ano.

Entre outros aspectos, acaba com o regime jurídico único e com a estabilidade para todos os cargos que não sejam considerados típicos de

A sociedade corre risco de perder direitos universais e prestação do serviço público



Tais Peyneau

Estado, e institui três regimes estatutários: um por prazo indeterminado, um por prazo determinado, e um para cargos de liderança e assessoramento. Para os cargos com prazo indeterminado, o texto prevê os cargos típicos de estado, que terão estabilidade, e os demais, sem estabilidade.

Sobre as formas de ingresso, a PEC prevê a via do concurso público, de provas ou de provas e título, para os cargos por prazo indeterminado, e de processo seletivo simplificado para os cargos por prazo determinado, além de livre nomeação para os cargos de liderança e de assessoramento, que substituem as funções comissionadas e os cargos de livre provimento de chefia, direção e assessoramento.

Dessa forma, quem for aprovado em concurso de provas, ou provas e títulos, assume como “trainee” por um ano, no caso de cargo em geral, e por dois anos, em caso de cargo típico de Estado, devendo estar entre os mais bem avaliados para passar para a próxima fase, do estágio probatório de um ano, durante o qual também deverá ter “desempenho suficiente”. E, após esse prazo, apenas os cargos típicos de Estado terão estabilidade,

mas com ampliação das possibilidades de demissão.

A dispensa de ocupante de cargo típico de Estado ocorrerá mediante: a) decisão judicial transitado em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, ainda que caiba recurso; b) processo administrativo, com ampla defesa, como já é previsto; c) avaliação periódica de desempenho, mas disciplinada em lei ordinária, e não mais em lei complementar.

Os Cargos de Liderança e Assessoramento, que substituem as funções de confiança e cargos de livre provimento, ganham novas atribuições, mas com expressiva ampliação de seu emprego. Desaparece a previsão de cargos e funções reservados a servidores de carreira, e esses cargos de Liderança e Assessoramento poderão alcançar atividades com responsabilidades estratégicas, gerenciais ou técnicas, que incluem áreas com poder de polícia, como fiscalização tributária, trabalhista, ambiental, entre outras. Desde a EC 19/98, cargos e funções comissionadas são restritos a atividades de direção, chefia e assessoramento.

Também são revogadas a previsão de planos de carreira na Administração Pública, a obrigatoriedade de que a União e os Estados e DF mantenham escolas de Governo para a qualificação de servidores, e as regras básicas sobre o sistema remuneratório.

A PEC remete para a Lei Complementar a competência para disciplinar: 1) gestão de pessoas; 2) política remuneratória e de benefícios; 3) ocupação de cargo de liderança e assessoramento; 4) organização da força de trabalho no serviço público; 5) progressão e promoção funcionais; 6) desenvolvimento e capacitação de servidores; e 7) duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas.

Essa lei complementar, porém,

As categorias devem se mobilizar contra a proposta por representar um verdadeiro desmonte dos serviços e dos direitos dos servidores públicos



Tais Peyneau

não será aplicada aos membros de instituições e carreiras disciplinadas por lei complementar específica prevista na Constituição².

Além da lei complementar, vários pontos serão regulamentados em lei ordinária pelos entes, como: os cinco tipos de “vínculo” a serem disciplinados: experiência; por prazo indeterminado sem estabilidade; por prazo indeterminado, com estabilidade (cargos típicos de Estado); por prazo determinado; e de liderança e assessoramento.

As contratações temporárias são

² Não está claro se esse dispositivo alcança ou não as Carreiras da Advocacia Pública (AGU) e Procuradorias dos Estados, mas a Defensoria Pública dos Estados estaria preservada em razão da redação do art. 134 da Constituição.

ampliadas, podendo acontecer por: 1 – necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralisação de atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço; 2 – atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e 3 – atividades ou procedimentos sob demanda.

Além disso, a PEC autoriza contratos de gestão como porta de entrada ilimitada no Serviço Público, permitindo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicas e privadas, para a execução de serviços públicos, in-

clusivo com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

Por fim, extingue uma série de direitos, porém exclui os militares, os magistrados e membros do Ministério Público: licença-prêmio; reajuste retroativo; adicional por tempo de serviço; adicional de indenização por substituição não efetiva; redução de jornada sem redução de salário; progressão e promoção automática ou apenas por tempo de serviço; incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções; férias superiores a 30 dias etc.

Na propaganda oficial, o governo diz que os atuais servidores não serão atingidos, mas serão fortemente afetados nas seguintes dimensões:

1. Estabilidade - passará a poder ser demitido, além de por decisão por trânsito em julgado, por decisão judicial colegiada e por insuficiência de desempenho, cuja regulamentação será feita por lei ordinária ou MP e não mais por lei complementar;
2. Proíbe a progressão e promoção

com base apenas em tempo de serviço, ficando condicionada, em caráter obrigatório, à avaliação de desempenho;

3. Perde o direito de ocupar cargo de livre provimento, pois estão sendo eliminadas as cotas de cargos que deveriam ser ocupados apenas por servidor de carreira;
4. Permite a destituição de comissionados por motivação político-partidária, mesmo que o servidor seja concursado;
5. Amplia o escopo de atuação dos cargos de livre provimento, agora batizados de “liderança” e “assessoramento” para funções estratégicas, técnicas e gerenciais;
6. O servidor enquadrado como cargo típico de Estado não poderá realizar nenhuma outra atividade remunerada, nem mesmo acumular cargos público, exceto de professor;
7. Acaba com o RJU;
8. Atribui plenos poderes ao presidente para, por decreto, extinguir cargos, planos de carreiras,

colocar servidor em disponibilidade e extinguir órgãos, inclusive autarquias;

9. Mesmo não havendo redução salarial, a referência remuneratória passará a ser do novo servidor, cujo salário de ingresso será bem menor, criando constrangimento ao antigo servidor e legitimando o congelamento salarial a longo prazo;
10. Quem se licenciar para exercer mandato sindical, político, estudar, acompanhar parente doente perderá o direito de receber retribuição de posto comissionado, gratificações de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias, etc;

A proposta, como se vê, representa um verdadeiro desmonte dos serviços e dos direitos dos servidores públicos. Seu objetivo final é substituir a prestação de serviço por distribuição de voucher à população carente para comprar bens ou serviços no setor privado, convertendo direitos universais e a prestação do serviço público em favor dos governantes, e o servidor, de agente do Estado, em refém do governo de turno. ●



A Reforma Administrativa de Bolsonaro vai permitir que o servidor seja demitido por insuficiência de desempenho

Talis Peyneau





Projeto revela as cicatrizes do fogo no Brasil

Levantamento inédito mostra que país queimou quase 20% de seu território entre 1985 e 2020

Manuella Soares

Os dados preliminares do Projeto MapBiomias (Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra no Brasil), apresentados no final de agosto deste ano, demonstraram que, nas últimas três décadas, o Brasil vem queimando mais de 150 mil quilômetros quadrados por ano, ou 1,8% de nossos biomas. Em três décadas em meia, a cada ano, o país incendiou o equivalente a mais de uma Inglaterra em extensão.

Para termos uma ideia da dimensão do impacto das queimadas no país, no total, nesse período, as chamas atingiram 1.672.142 Km²

de campos, savanas, matas e florestas. Dessa enorme extensão, seja por conta de fenômenos climáticos ou por desmatamento, 65% das áreas queimadas foram de vegetação nativa.

O MapBiomias é um levantamento inédito que começou em 2015 por iniciativa do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima (SEEG-OC). O projeto é formado por uma rede colaborativa de organizações não governamentais, institutos de pesquisa e universidades brasileiras, entre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),



Katja Maehler / Midia NINJA (CC-BY-NC)



O desmonte das políticas ambientais desde o início do governo Bolsonaro tem conseguido aniquilar a capacidade dos agentes do Estado e dos órgãos de fiscalização

Segundo o coordenador do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia para Mudanças Climáticas (INCT-MC) e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) Carlos Nobre, durante a apresentação do relatório Brasil Revelado 1885-2020: as cicatrizes deixadas pelo fogo no território brasileiro, os resultados indicam que, apesar do aumento da temperatura do planeta e seus reflexos na região, é de fato a ação humana a grande causa da devastação de matas e florestas pelo fogo.

A avaliação foi feita com análises da Coleção 6 do documento Brasil 1985-2020: as transformações do território brasileiro nos últimos 36 anos, lançada pelo MapBiomas ao longo do mês de agosto. Os estados do Mato Grosso, Pará e Tocantins são os que mais sofreram a ação do fogo nos últimos anos. Embora os grandes picos de área queimada no Brasil tenham ocorrido principalmente em anos impactados por eventos de seca extrema (El Niño em 1997/98 e 2016, por exemplo), o desmatamento feito por setores do agronegócio, especialmente as mo-

noculturas de soja e a pecuária de corte, tem sido o grande causador de queimadas que atingem e devastam biomas como a Amazônia e o Pantanal.

Nessas três décadas, nenhuma região foi tão sacrificada quanto o Pantanal. Mais da metade (57%) do território pantaneiro queimou pelo menos uma vez entre 1985 e 2020. Durante os períodos úmidos, as plantas acumulam biomassa, e na estiagem, a vegetação seca vira combustível para as chamas. Questões relativas ao uso do fogo de forma irregular de manejo, condições inadequadas e falta de fiscalização podem levar à ocorrência de incêndios descontrolados em áreas de floresta, como vimos em setembro de 2019, quando o governo federal e o Ministério do Meio Ambiente não conseguiram (ou não quiseram) controlar os megaincêndios generalizados. Na ocasião, foram registradas quantidade 334% maiores de focos do que no mesmo período de 2018 e em uma proporção 43,6% acima da média naquele mesmo período nos 21 anos anteriores.

Desmonte de políticas ambientais agrava devastação

É importante sublinhar que os anos de 2019 e 2020 bateram recordes de desmatamento. Segundo o próprio Observatório do Clima, o desmonte das políticas ambientais brasileiras desde o início do governo Jair Bolsonaro tem conseguido aniquilar a capacidade dos agentes do Estado e dos órgãos de fiscalização de cuidar das florestas e combater crimes ambientais.

Segundo dados do MapBiomas, a estação seca, entre julho e outubro, concentra 83% das queimadas e incêndios no país. Curiosamente, neste ano, exatamente em julho, os registros sobre queimadas e incêndios deixaram de ser divulgados oficialmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), um

na Bahia, em parceria com a plataforma Google Earth.

Com uma metodologia desenvolvida a partir de ferramentas de inteligência artificial, o projeto usou imagens captadas por satélites desde o começo da década de 1980. Ao todo, foram processados, pixel a pixel de 30m x 30m, mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, entre os anos de 1985 e 2020. Todo esse volume gerou 108 terabytes de dados armazenados na nuvem. O material está disponível na plataforma brasil.mapbiomas.org. Nela, o usuário encontra as áreas, anos e meses de maior e menor incidência do fogo, em séries históricas.

órgão científico e vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Eles passarão a ser apresentados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), subordinado ao Ministério da Agricultura.

A mudança se mostra como mais uma forma de tentar controlar a informação da comunidade científica pelo governo Bolsonaro. Os dados divulgados pelo Inpe em julho deste ano confirmaram a escalada das queimadas no país, mostrando que a Amazônia já registra o maior número de foco dos últimos 14 anos para o mês de junho, com 2.308 focos de calor. Os números contrariam as teses negacionistas do aquecimento global.

Prevenção e melhor uso da terra

O objetivo dos coordenadores do Projeto MapBiomas do Observatório do Clima é divulgar estatísticas anuais de uso e cobertura da terra para todo o Brasil que permitam traçar um histórico da ocupação e do desenvolvimento dos territórios. Os dados devem subsidiar políticas públicas que visem à preservação e ao uso sustentável do solo.

Para Ane Alencar, responsável

pelo MapBiomas Fogo, as cicatrizes deixadas pelas queimadas ao longo do tempo permitem perceber que áreas estarão mais vulneráveis no futuro. “Assim, o mapeamento é fundamental para entender a frequência e a intensidade do fogo, para o planejamento do combate e apontar áreas de maior risco”, afirma.

O Cerrado e a Amazônia representam 85% da área queimada nesses últimos 36 anos e a pesquisadora alerta que a “a região amazônica não é um bioma do qual o fogo faz parte da dinâmica natural do ecossistema, diferentemente do Cerrado, onde o fogo natural é parte de sua dinâmica evolutiva”.

Brasil “ainda” tem 66% de vegetação nativa

Os dados apresentados mostram que contamos com 66,3% do território brasileiro coberto com vegetação nativa. No entanto, nem toda área significa regeneração. Segundo o projeto, 11% do espaço florestal, em 2020, queimou pelo menos uma vez ao longo do período estudado. E 9% são áreas de vegetação nativa secundária, ou seja, já foram desmatadas pelo menos mais de uma vez.

Nesses 36 anos, o Brasil perdeu 12,5% de suas áreas naturais em função das queimadas. Entre os biomas, os de formação florestal foram os que mais reduziram em relação à sua área: 52 milhões de hectares ou menos 12% dos 52,8% de cobertura de florestas que tínhamos em 1985. O Cerrado, a savana brasileira, perdeu quatro milhões de hectares, reduzindo de 15,4%, em 1985; para 13% do total de extensão do territorial do bioma no país.

Pastos crescem 190%

Em contrapartida, o crescimento exponencial das áreas de pastagem no Brasil dá a real dimensão de como o país tem voltado toda sua Economia para o setor de agricultura, criação de corte e queimadas. De 1985 para cá, 83 milhões de hectares passaram a servir de pastagem para gado em locais de vegetação natural, extensão de 2,3% para 6,5%. Um aumento de 190%. Isso significa que, segundo os pesquisadores, um terço da pastagem antropizada (cujas características originais de solo, vegetação, relevo foram alteradas para o pasto) aconteceu nesses 36 anos.

Segundo Julia Shimbo, coordenadora científica do MapBiomas, não há paralelo no mundo de um processo semelhante de avanço territorial de área pecuária industrial em tão curto espaço de tempo. A cientista lembrou que o Brasil é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa no mundo. Dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) mostram que 62% do aumento em 2019, no Brasil, estão relacionados ao gado de corte. Para a pesquisadora, mudar o uso da terra e o modelo agro brasileiro é fundamental para reduzir o fogo, preservar nossos biomas e construir novas possibilidades de uso da terra. ●



[by-nc-sa/2.0]

Sudoeste do Pará, município de de Trairão. Focos de fogo, desmatamento e garimpo em unidades de conservação. Nesta foto, fogo no município de Trairão. (Foto Marizilda Cruppe/ Amazônia Real/17/09/2020)



Os indiferentes e os invisíveis

Henri Figueiredo

Em 1917, o pensador italiano Antonio Gramsci publicou o texto manifesto “Odeio os indiferentes”. Gramsci, que anos depois seria preso pelo regime fascista de Mussolini e só deixou o cárcere para morrer em casa, disse: “Odeio os indiferentes. (...) Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. (...) Mas ninguém ou poucos se culpam por sua indiferença, por seu ceticismo, por não ter estendido seu braço. (...) a cadeia social não pesa sobre poucos, nela cada coisa que acontece não é por acaso, por fatalidade, mas pela ação inteligente dos cidadãos”.

No Brasil, de 2021 – cujo Censo Demográfico que deveria ter sido realizado em 2020, mas foi cancelado

lado pelo governo Bolsonaro sob a alegação de falta de recursos –, acontece o aumento exponencial dos que passam fome e é alarmante o crescimento de pessoas que vivem em situação de rua. E, no entanto, são os “invisíveis”. Agora, nem sabermos quantos, de fato, eles são.

Quem de nós nunca passou por alguém em situação de rua com indiferença, na correria cotidiana, com os pensamentos nos afazeres, nas contas, nos problemas e nos prazos? Não significa que todos sejamos indiferentes, mas demonstra que se desenvolve na sociedade brasileira uma síndrome como aquela narrada pelo escritor português José Saramago em “Ensaio sobre a cegueira”. Nosso olhar, nossa ação, nossos esforços estão cada vez mais focados e seletivos na luta diária e individualista pela sobrevivência em época pandêmica.

Vamos nos cegando aos mortos, aos doentes, aos que vivem na rua, aos sem-teto, sofrendo a desventura do desprezo e dos “nãos” cotidianos aos seus apelos por ajuda. À medida que aumentam os invisíveis, vamos nos cegando cada vez mais.

Assim como, certamente, os números de infectados e mortos pela covid-19 estão subnotificados no Brasil, muitas vezes as estatísticas são construídas, ou divulgadas, de modo a sustentar as políticas vigentes. Atribui-se a Benjamin Disraeli, ex-primeiro-ministro britânico, a frase: “Há três espécies de mentiras: mentiras, mentiras deslavadas e estatísticas”. Quando não é possível maquiagem nem usar as estatísticas para propor políticas públicas efetivas – o que, ao fim, é para isso que elas servem –, a prática, recorrente em todas as esferas de governo, é passar a impressão de



Valdir Silveira

Patrícia Pagu Carvalho de Oliveira atua há sete anos com o segmento e participa do Coletivo Escola de Rua

À medida que aumentam os invisíveis, vamos nos cegando cada vez mais



Arquivo pessoal

que o problema deixa de existir, se ele não é registrado.

Um exemplo emblemático é que a Prefeitura do Rio de Janeiro fez, apenas no início do segundo semestre de 2021, uma pesquisa sobre as pessoas em situação de rua. E isso aconteceu por pressão de um grupo internacional de comunicação, como podemos ver nesse trecho da reportagem: “Um levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), feito a pedido da CNN, aponta que a pandemia do novo coronavírus gerou um aumento no número de moradores em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”.

De acordo com a reportagem, nos primeiros cinco meses deste ano, a Prefeitura do Rio registrou 444.849 solicitações de auxílio à moradia, 22% a mais do que em 2020. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano passado, identificou que existem 7.272 desabrigados na cidade do Rio de Janeiro. Destes, 75,2% estavam nas ruas e 24,8% (1.803), em unidades de acolhimento da prefeitura.

Segundo a pesquisa do IBGE, o perfil predominante é de homens, negros, com idade entre 18 e 49 anos. Os resultados se distinguem completamente dos dados mais recentes da Defensoria Pública (usados por ONGs por serem mais confiáveis do que os da prefeitura),

apontando que, em 2020, o Rio de Janeiro tinha 15 mil pessoas em situação de rua.

Ativista contesta informação

Os dados oficiais divulgados pela prefeitura são contestados pelos voluntários e voluntárias que trabalham com a população em situação de rua. É o caso da educadora Patrícia Pagu Carvalho de Oliveira, 42 anos, que atua há sete anos com esse segmento e faz parte do Coletivo Escola de Rua.

“Existem mais de 20 mil pessoas em situação de rua. Para nós, que trabalhamos com essa população, fica evidente. Há dois anos, no inverno, distribuímos 200 cobertores e atingimos quase a totalidade dos moradores do Centro. Hoje, 200 cobertores não cobrem nem um terço das pessoas que estão na rua, para citar apenas um exemplo”, afirma Pagu.

De acordo com a educadora e ativista, além do frio do inverno, a fome tornou-se um problema maior. “O pedido por comida no Centro do Rio, que nunca foi tão latente, hoje é o principal. As pessoas perguntam primeiro por comida e depois por cobertor, lembrando ainda que o frio dá mais fome”, ressalta Pagu.

A Prefeitura do Rio tem um serviço que recolhe, em uma van, pessoas que passam a noite na rua. De acordo com Pagu, elas vão para hotéis que têm dívida com o município

ou para os abrigos públicos. “Fica evidente que esse serviço não está dando conta do volume de pessoas em situação de rua. E temos relatos de que a Guarda Municipal retira os cobertores dos moradores de rua, o que já é uma prática antiga; não começou agora”, lembra a ativista.

Registros da realidade

O fotógrafo Valdir Silveira, autor da série Cenas do Cotidiano que ilustra essas páginas, registra o abandono de pessoas em situação de rua desde 2012. “Na época, o Movimento Humanista, do qual eu participo, possuía um forte trabalho de autoconhecimento, e os treinamentos propunham identificar como operavam os condicionamentos da consciência, e como isso interferia na percepção e nível atencional”, relembra.

A partir dali, Valdir passou a fotografar as cenas que via pela janela do ônibus, em seu trajeto de casa, no Rio de Janeiro, para o trabalho, em Duque de Caxias. “Nunca mais consegui parar. Ando com a câmera todos os dias; faz parte da forma como procuro ver a realidade. E, Oxalá!, esses registros possam alguma utilidade para quem não tem a oportunidade de tomar contato direto com muitas realidades ou, na atribulação e cansado do dia, não percebe alguns detalhes”, torce o fotógrafo. ●

Da Rua pra Você

O Departamento de Gestão Social (Sisejufe Solidário) integra e ajuda a articular uma rede de ONGs e voluntários que trabalham nessa área. Um exemplo é a parceria com a ONG Instituto Lar, no projeto “Da Rua pra Você”, que está criando a primeira Vila Ecológica e Inteligente para mu-

lheres em situação de rua, no Rio de Janeiro. Uma vila que nasce totalmente baseada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da agenda 2030, da ONU.

Cercada de tecnologia e inovação, vai usar novos e diferentes conceitos, como o tiny house (casas funcionais, mas mi-

nimalistas, de 40m², no máximo), construções sustentáveis e horta comunitária, o que gerará renda e condições para a emancipação financeira das abrigadas. Talvez, o primeiro passo para que elas, enfim, sejam vistas, enxergadas, ouvidas e tratadas com empatia, e não com indiferença.

Você sabia?

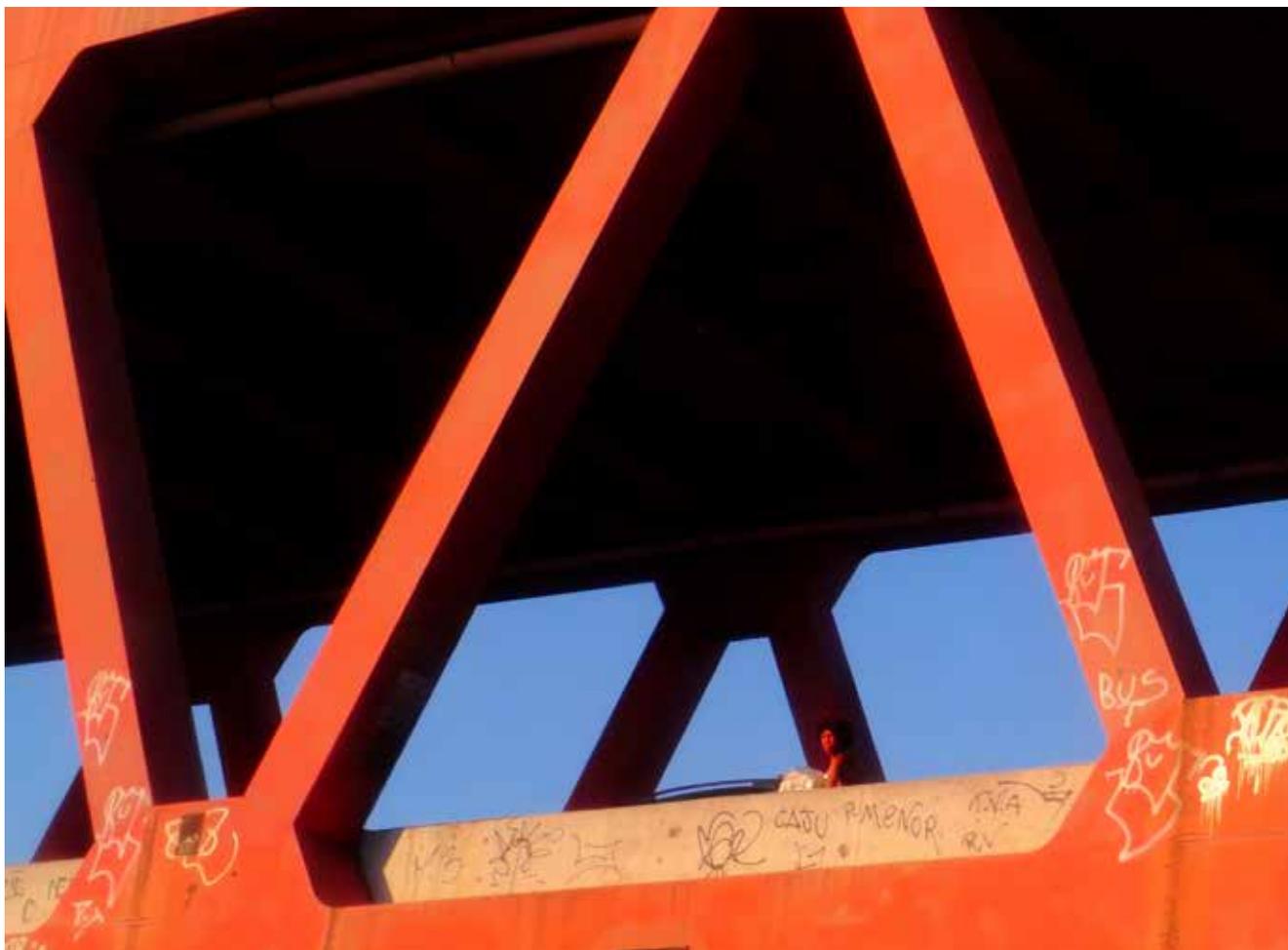
Todo 19 de agosto é o Dia Nacional de Luta da População de Rua. A origem da data foi a perseguição e a morte de sete moradores em situação de rua, todos golpeados na cabeça na Praça da Sé, em São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004. Da ação de extermínio, restaram oito sobreviventes. O dia busca refletir sobre as conquistas já realizadas e lutar pelo que ainda falta para esse grupo, que é tão vulnerável.

PARA AJUDAR A ONG ESCOLA DE RUA

Facebook.com/escoladerua

INSTAGRAM
@escola.de.rua

Valdir Silveira





A saúde é um bem público mundial

Boaventura de Sousa Santos

É hoje consensual que a atual crise sanitária vai ficar conosco por muito tempo. Vamos entrar num período de pandemia intermitente cujas características precisas ainda estão por definir. O jogo entre o nosso sistema imunitário e as mutações do vírus não têm regras muito claras. Teremos de viver com a insegurança, por mais dramáticos que sejam os avanços das ciências biomédicas contemporâneas. Sabemos poucas coisas com alguma certeza.

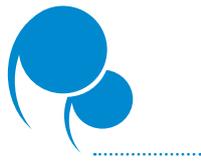
Sabemos que a recorrência de pandemias está relacionada com o modelo de desenvolvimento e de consumo dominantes, com as mudanças climáticas que lhe estão as-

* Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

sociadas, com a contaminação dos mares e dos rios e com o desmatamento das florestas. Sabemos que a fase aguda desta pandemia (possibilidade de contaminação grave) só terminará quando 60% a 70% da população mundial estiver imunizada. Sabemos que esta tarefa está sendo dificultada pelo agravamento das desigualdades sociais dentro de cada país e entre países, combinado com o fato de a grande indústria farmacêutica (Big Pharma) não querer abdicar dos direitos de patentes sobre as vacinas. Estas são, hoje, consideradas o novo ouro líquido, sucedendo ao do Século XX, o petróleo.

Sabemos que as políticas de Estado, a coesão política em torno da pandemia e o comportamento dos cidadãos são decisivos. O maior ou menor êxito depende da combinação entre vigilância epidemiológica, redução do contágio por via de confinamentos, eficácia da retaguarda hospitalar, melhor conhecimento público sobre a pandemia e atenção às vulnerabilidades especiais. Os erros, as negligências e até os propósitos necrofilicos por parte de alguns dirigentes políticos têm resultado em formas de políticas de morte por via sanitária que designamos por darwinismo social: a eliminação de grupos sociais descartáveis por serem velhos, por serem pobres ou discriminados por razões étnico-raciais ou religiosas.

Sabemos, finalmente, que o mundo europeu (e norte-americano) mostrou nesta pandemia a mesma arrogância com que tratou o mundo não europeu durante os últimos cinco séculos. Como imagina que o melhor conhecimento técnico-científico provém do mundo ocidental, não quis aprender com o modo como outros países do Sul Global têm lidado com epidemias e, especificamente, com o coronavírus. Muito antes que os europeus se dessem conta da importância da



A injustiça vacinal é particularmente perversa porque, dada a comunicação global que caracteriza o nosso tempo, ninguém estará verdadeiramente protegido

máscara, os chineses já a consideravam de uso obrigatório.

Por outro lado, devido a uma mistura tóxica de preconceito e de pressão por parte dos lobistas ao serviço das grandes empresas farmacêuticas ocidentais, a União Europeia (UE), os EUA e o Canadá recorreram exclusivamente às vacinas produzidas por estas empresas, com consequências que por agora são imprevisíveis.

Para além de tudo isso, sabemos que está instalada uma guerra geoestratégica vacinal muito mal disfarçada por apelos vazios ao bem-estar e à saúde da população mundial. Segundo a revista Nature de 30 de março passado, o mundo precisa de 11 bilhões de doses de vacina (na base de duas doses por pessoa) para atingir a imunidade de grupo a nível global. Até fins de fevereiro, estavam confirmadas encomendas de 8,6 bilhões de doses, das quais seis bilhões eram destinadas aos países ricos do Norte Global. Isto significa que as nações empobrecidas, que constituem 80% da população mundial, terão acesso a menos de um terço das vacinas disponíveis.

Esta injustiça vacinal é particular-

mente perversa porque, dada a comunicação global que caracteriza o nosso tempo, ninguém estará verdadeiramente protegido enquanto o mundo todo não estiver. Acresce que, quanto mais tempo se demorar a atingir a imunidade de grupo global, maior é a probabilidade de as mutações do vírus se tornarem mais perigosas para a saúde e mais resistentes às vacinas disponíveis. Um estudo recente, que reuniu 77 cientistas de vários países do mundo, concluiu que, dentro de um ano ou menos, as mutações do vírus tornarão ineficaz a primeira geração de vacinas. Isto será tanto mais provável quanto mais tempo levar a vacinar a população do mundo. Ora, segundo os cálculos da People's Vaccine Alliance, ao ritmo atual, apenas 10% da população dos países mais pobres estarão vacinada até o fim do próximo ano. Mais atrasos traduzir-se-ão em maior proliferação de notícias falsas, a infodemia, como lhe chama a Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem sido particularmente destrutiva na África.

É hoje consensual que uma das medidas mais eficazes será a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual sobre as patentes da vacina para a covid-19 por parte das grandes empresas farmacêuticas. Esta suspensão tornaria a produção de vacinas mais global, mais rápida e mais barata. E assim mais rapidamente se atingiria a imunidade de grupo global. Para além da justiça sanitária que esta suspensão permitiria, há outras boas razões para a defender. Por um lado, os direitos de patente foram criados para estimular a concorrência em períodos normais. Os tempos de pandemia são excepcionais e, em vez de concorrência e rivalidade, exigem convergência e solidariedade.

Por outro lado, as empresas farmacêuticas já embolsaram bilhões de euros de dinheiro público a tí-



Numa guerra convencional, certamente a produção e a distribuição de armas não estariam entregue a empresas privadas. O Estado interviria

tulo de financiamento para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento mais rápido das vacinas. Acresce que há precedentes de suspensão das patentes, não só no caso dos retrovirais para controle do HIV/Sida, como no caso da penicilina durante a Segunda Guerra Mundial. Se estivéssemos numa guerra convencional, certamente a produção e a distribuição de armas não estariam entregues ao controle das empresas privadas que as fabricam. O Estado certamente interviria. Não estamos numa guerra convencional, mas os danos que o vírus causa na vida e no bem-estar das populações podem vir a ser similares (já passamos de 4,5 milhões de mortos).

Não admira, pois, que exista hoje uma vasta coligação global de organizações não governamentais, Estados e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) em favor do reconhecimento da Saúde como um bem público e não como um negócio, e a consequente suspensão temporária dos direitos de patentes. Muito além das vacinas, este movimento global incide na luta pelo



acesso de todos à saúde, pela transparência e controle dinheiro público envolvido na produção de medicamentos e de vacinas. Por sua vez, cerca de 100 países, liderados pela Índia e pela África do Sul, já solicitaram à Organização Mundial do Comércio (OMC) a suspensão dos direitos de patente referentes às vacinas. Entre estes países, não se encontram os do Norte Global. Por esta razão, a iniciativa da OMS para garantir o acesso global à vacina (Covax) está destinada a fracassar.

Não esqueçamos que, segundo dados do Corporate Europe Observatory, a Big Pharma gasta por ano entre 15 e 17 milhões de euros para pressionar as decisões da União Europeia, e que o conjunto da indústria farmacêutica tem 175 lobistas em Bruxelas (Bélgica) trabalhando com o mesmo propósito. A escandalosa falta de transparência dos con-

tratos sobre as vacinas é o resultado desta pressão. Se Portugal quisesse conferir distinção e verdadeira solidariedade cosmopolita à presidência atual do Conselho da União Europeia, teria aqui um bom tema para protagonismo. Tanto mais que outro português, o secretário-geral da ONU, acaba de fazer um apelo no sentido de se considerar a Saúde como um bem público mundial.

Tudo leva a crer que, neste domínio e em noutros, a UE continuará a abdicar de qualquer responsabilidade mundial. Com a pretensão de se manter colada às políticas globais dos EUA, pode, neste caso, vir a ser ultrapassada pelos próprios EUA. A administração Biden está a considerar suspender a patente sobre uma tecnologia relevante para as vacinas desenvolvidas em 2016 pelo Instituto Nacional da Alergia e Doenças Infecciosas. ●

DAP se rende ao mundo virtual

Departamento oferece aulas de informática, meditação e terapia online em encontros por videoconferência para aposentados

Tais Faccioli

O Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do Sisejufe passou o ano de 2020 sem promover atividades por causa do isolamento social exigido na pandemia. Este ano, o setor decidiu aderir aos encontros virtuais e, assim, adotar nova rotina. O auditório do sindicato, onde tradicionalmente aconteciam as reuniões, foi substituído pelos computadores, cada participante em sua casa para evitar aglomerações e proteger a saúde de todos.

A coordenadora do departamento, Neli Rosa, rapidamente se familiarizou com as ferramentas tecnológicas. Desde abril, quando aconteceu a primeira reunião de 2021, o setor passou por uma verdadeira revolução digital: além das reuniões mensais, foi criado o DAP NA REDE, com aulas individuais de informática, aulões em grupo sobre o uso das redes sociais, meditação coletiva e sessões online com psicólogas. O professor de Informática Marcus Costa também cria, mensalmente, vídeos tutoriais para tirar as dúvidas mais comuns dos aposentados sobre tecnologia.

Cada atividade é organizada com muito empenho por Neli Rosa. “Tem sido um desafio executar as tarefas no formato virtual, mas todos estão adorando. Já houve mais de um encontro com foco no acompanhamento psicológico, com orientações e dicas para melhorar a qualidade de vida e fortalecer o emocional dos idosos. Na meditação, há também a prática de

alongamento, que ajuda na saúde do corpo de uma forma geral. Esse trabalho tem gerado um impacto muito positivo na vida dos aposentados”, conta a coordenadora.

Além das aulas oferecidas pelo DAP, os aposentados e pensionistas são os que mais frequentam as atividades culturais do sindicato, como coral, batuque e o curso de teatro.

Exemplo de superação

A presidenta do Sisejufe, Eunice Barbosa, elogiou a iniciativa do

DAP. “Estamos aprendendo novas maneiras de nos relacionar, novas formas de trabalho, novas ferramentas para minimamente nos comunicarmos com o mundo. E vocês estão aqui, aguerridos e superando as dificuldades. Vocês nos estimulam, nos animam, são exemplo e nos fazem perceber que sempre é possível aprender e superar limites. Nunca é tarde para nada”, disse em uma das reuniões mensais do grupo. ●





Sisejufe debate questões de trabalho, pandemia e saúde

Atividades estaduais reuniram integrantes das justiças do Trabalho, Eleitoral, Militar e Federal

Tais Faccioli

Na correria do dia a dia, muitas vezes desempenhamos as tarefas do trabalho sem perceber problemas graves que nos cercam como sobrecarga, assédio moral, ataques aos direitos e ameaças conjunturais, entre elas a Reforma Administrativa do governo Bolsonaro. Para discutir essas e outras demandas da categoria, o Sisejufe promove, ao longo do ano, encontros estaduais, organizados pela Secretaria Geral, em parceria com a Assessoria Política da entidade.

O primeiro foi o da Justiça do Trabalho, nos dias 27 e 28 de maio. O da Eleitoral aconteceu entre 15 e 16 de julho. Já o encontro da Justiça Militar ocorreu em 26 de agosto e o da JF, nos dias 15 e 16 de setembro. As reuniões resultaram

em documentos com proposições que foram encaminhadas para discussão na Fenajufe. Em novembro, haverá o último encontro estadual reunindo todas as Justiças.

“Vivemos um momento tão difícil, lutando pelas nossas vidas e pelas vidas daqueles que amamos, com essa preocupação permanente e, ao mesmo tempo, temos que lutar contra a Reforma Administrativa, imposta pelo governo Bolsonaro, que visa a destruição do serviço público. Precisamos estar nesses espaços de construção coletiva porque não tem outra maneira de fazer o enfrentamento. É uma luta coletiva, de união com a classe trabalhadora, e precisamos discutir as nossas questões internas. Por isso, estamos fazendo essa série de encontros. A luta é o único caminho”, ressaltou a secretária-geral do Sisejufe, Fernanda Lauria.

Encontro da JT

O deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ) participou de um painel sobre a PEC 32. Para o parlamentar, a proposta tem o objetivo de passar a boiada, que atinge uma estratégia preconcebida de desmonte do Estado brasileiro nas suas garantias sociais. “Querem fazer negócio privado com o que deveria ser serviço público. Esperam a ampliação da lucratividade com aqueles setores que passam pelo desmantelamento”, disse.

Glauber lembrou que a base bolsonarista (extrema direita) tem pouco mais de 100 parlamentares e que cerca de 300 são do Centrão, que tendem sempre mais à direita. “E essa turma só muda se houver pressão da rua. Se fizer movimento de greve com mobilização e fizer essa turma sentir o ônus pela aprovação dessa política de desmonte, a gente

tem chance de barrar. Se deixar correr, eles aprovam tudo”, opinou.

Tecnologia e o futuro da carreira

A secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Claudia Mendonça, disse que, para falar do futuro do trabalho, é preciso buscar um novo pensar. “Esse momento que vivemos traz o rompimento de paradigmas e exige do profissional mais capacidade de resolução de problemas e poder de resiliência, além de domínio da tecnologia. São habilidades que vamos ter que lidar e desenvolver até 2025”, avaliou.

Ana Cláudia disse que é importante também buscar o prazer de viver. Para ela, está difícil conciliar trabalho e casa. “É preciso agora olhar esse tempo líquido (no home office) e ver onde eu vou poder dizer não. Que momentos eu vou querer para mim? E como vou aproveitar meu próprio tempo? O controle tem que estar dentro de você. Ainda não conseguimos fazer essa autogestão. Precisamos pensar sobre isso”, refletiu.

Os outros painelistas da JT foram o psicanalista e psicólogo do TRF2, Bruno Farah, que falou sobre tele-assédio em tempos de pandemia; e o desembargador do TRT 15 (Campinas) Jorge Souto Maior, que analisou o desmonte do Estado na Perspectiva da Justiça do Trabalho.

Encontro da Justiça Eleitoral

Os participantes do Encontro da Justiça Eleitoral aprovaram a Carta Aberta dos servidores e servidoras do TRE-RJ. O documento manifesta a indignação da categoria com a forma irresponsável e inconsequente com que autoridades

públicas, civis e militares têm dirigido reiterados ataques ao sistema eleitoral brasileiro, às instituições democráticas e aos próprios servidores da Justiça Eleitoral.

Um dos temas em destaque foi “Eleições, Fake News e Voto Impresso – o retrocesso da democracia”. Bruno Andrade, servidor do TRE-RJ e atualmente secretário de modernização, gestão estratégica e socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), debateu sobre eleições e voto impresso sob a perspectiva jurídica. Ele lembrou que já houve outras tentativas de voltar ao voto impresso, inclusive por duas vezes o Supremo Tribunal Federal (STF) teve a oportunidade de considerá-lo inconstitucional.

“O discurso para tentar implantar o voto impresso na atualidade, de fraude sem provas, é temerário porque traz a expectativa para o leigo de que o voto de papel ou a impressão do voto é a pedra angular da certeza das eleições”, afirmou o especialista, destacando que essa é uma expectativa frustrada, visto que no passado o voto em cédula era usado para fraudar as eleições no país. Bruno assegurou que há, hoje, no Brasil, cerca de 30 barreiras, entre auditorias e transparências, para evitar fraudes.

Participaram, ainda, da mesa, Edson Borowski, coordenador da Fenajufe e servidor do TRE-RS, que analisou o fenômeno das fake news e Jaime Barreiros Neto, professor de pós-graduação em Direito da UFBA e servidor do TRE-BA, que tratou de eleições e democracia.

Teletrabalho e direito à desconexão

No debate sobre trabalho na pandemia, Gisele Goneli, coordenadora de Saúde e Integração da SGP/TRE-RJ, fez um histórico para mostrar que o teletrabalho não é novidade. Na pandemia, no entanto, foi implementado de maneira generalizada. “Esse boom fez com que quase nove milhões de pessoas fossem para essa modalidade”, comenta Gisele.

A especialista alertou para as consequências desse modelo. “Houve um aumento de distúrbios musculoesqueléticos, estresse e perda na qualidade do sono”, afirmou, acrescentando que se cuidados não forem observados, podem potencializar o adoecimento.

O segundo dia do encontro da JE também contou com a participação da secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Claudia Mendonça, que abordou o tema Direito à Desconexão; e Geraldo Azevedo, médico do Trabalho e assessor de Saúde do Sintrajufe/RS, que debateu questões de Saúde no trabalho remoto compulsório.

Já o encontro da Justiça Militar foi uma roda de conversa com servidores e servidoras, sem convidados externos. As informações sobre o Encontro Estadual da Justiça Federal estão disponíveis no QR Code abaixo. ●



Home office Um ano e meio de pand

Projetos de lei continuam parados no Congresso e trabalhadores arcam com aumento de despesas de energia, telefonia, internet e alimentação

Martha Simas

A pandemia de coronavírus, que assolou o Brasil há um ano e meio, trouxe mudanças significativas no dia a dia das pessoas. Tarefas cotidianas – como uma ida ao supermercado ou padaria, encontros familiares e, principalmente, as atividades profissionais – sofreram alterações que impactaram negativamente não só o lado psicológico dos brasileiros, mas também as relações de trabalho, já deterioradas pela Reforma Trabalhista de 2017, que alterou pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Com o avanço na vacinação contra a covid-19 e a retomada das atividades presenciais, como vai ficar o futuro do trabalho no cenário pós-pandemia? E os empregados que permanecerem em home office, quais são os direitos e deveres dessa força de trabalho?

Fato é: desde o ano passado, projetos de lei que regulamentam o trabalho remoto estão parados no Congresso. Um deles, o PL 4.044/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), aguarda distribuição para análise das comissões. Outro do senador trata dos gastos dos empregados com o trabalho remoto.



"O novo normal não pode significar adoecimento e exploração. Apresentei projetos para ajudar o trabalhador em teletrabalho, como o direito à desconexão de meios de comunicação eletrônica em dias de folga e fora do expediente. Exceções serão remuneradas com hora extra", afirma o senador.

O aumento dos gastos do empregado com o home office é destacado pelo advogado Sérgio Batalha: "Entendo que a empresa tem que oferecer os instrumentos de trabalho e isto inclui eventuais despesas de-

correntes do home office, como internet rápida e conta de luz, por exemplo", indica.

Mas, segundo o especialista, a maior polêmica é em relação ao horário de trabalho. É comum que empregadores exijam que o funcionário fique online além das horas contratuais, seja em e-mail ou WhatsApp.

"A princípio, o chamado teletrabalho exclui o empregado do regime das horas extras, mas, se o horário puder ser controlado via sistema e houver cobrança de serviço após o horário, entendo que

Pandemia e ainda falta regulamentação



Conheça os projetos 'estacionados' desde 2020

PL propõe que empregadores reembolsem o empregado pelos gastos com energia elétrica, telefonia e uso da internet relativos ao trabalho

Se, de um lado, o home office pode ser satisfatório por propiciar maior contato com a família, de outro, representa aumento de despesas para o empregado, como energia elétrica, telefone fixo, celular e pacote de internet, por exemplo. Projetos que tratam do trabalho remoto estão parados no Congresso. Um deles é o PL 3.512/2020, do senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

A iniciativa prevê que empresas e organizações, em geral, sejam obrigadas a fornecer e manter o aparato necessário à execução do trabalho: computadores, mesas, cadeiras ergonômicas e o que for pertinente à segurança do empregado. Os patrões também teriam de reembolsar o trabalhador pelos gastos com energia elétrica, telefonia e uso da internet relativos ao trabalho.

Outra proposta, também de autoria do senador Fabiano Contarato, o PL 4.044/2020 determina que o empregador não poderá solicitar normalmente a atenção de um empregado em regime de teletrabalho, por telefone ou por qualquer ferramenta de comunicação eletrônica, fora do horário de expediente. Acordos ou convenções coletivas poderão admitir exceções em casos fortuitos ou de força maior. Nestas situações, porém, o tempo de trabalho contará como horas extraordinárias.

Além disso, quem está de férias será



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) é autor do PL 4.044/2020

excluído dos grupos de mensagens do trabalho e removerá de seus dispositivos eletrônicos privados quaisquer aplicativos de internet (sem excluir outras ferramentas tecnológicas que vierem a ser criadas) voltados exclusivamente para uso no trabalho. O texto ainda modifica a CLT regulamentando as circunstâncias do regime de plantão e da escala de sobreaviso no trabalho à distância.

“Tais ferramentas tecnológicas não têm sido utilizadas de forma episódica pelos empregadores, mas rotineiramente — como se os trabalhadores estivessem à sua disposição a todo momento — e, portanto, em total inobservância da jornada pactuada em contrato de trabalho”, argumenta o senador.

Contarato propôs ainda a retirada do inciso da CLT acrescentado na Reforma Trabalhista de 2017 que exclui o expediente a distância das normas sobre jornada de trabalho. Outras propostas são o PL 3.915/2020, que também obriga o empregador a manter infraestrutura e equipamentos, e o PL 561/2020, que prioriza o regime para empregados que tenham filhos de três anos de idade ou menos. As duas propostas também estão paradas na Câmara. ●

pode haver obrigatoriedade de pagamento de horas extras trabalhadas”, adverte Batalha.

Caso não receba o valor excedente pelas horas trabalhadas e pelo aumento dos gastos domésticos, o empregado pode reivindicar esses pagamentos na Justiça. E como provar que trabalhou a mais em home office? “Deve pegar as contas de antes e depois do home office. Quanto às horas extras, juntar e-mails e mensagens de WhatsApp comprovando a cobrança de trabalho além das oito horas diárias”, orienta o advogado. ●

Limites precisam ser respeitados

Ligações antes e depois do horário comercial, período de almoço sendo alternado entre a tela do telefone e do laptop, mensagens pelo WhatsApp a todo instante, e-mails intermináveis, reuniões virtuais extensas e frequentes. Essa é a nova realidade de muitas pessoas em home office. Especialistas em Saúde, Recursos Humanos e advogados advertem: existem limites que precisam ser respeitados.

"Mensagens e ligações somente devem ocorrer no horário de expediente laboral. Sendo assim, trocas de mensagens e ligações após ou antes

do período de trabalho caracterizam hora extra, devendo ser paga com todos os acréscimos legais", orienta o advogado Ricardo Basile.

"Embora os empregados em trabalho remoto de forma permanente não estejam sujeitos ao regime normal de trabalho, de acordo com o Artigo 62, III da CLT, ele não se aplica à situação dos empregados em trabalho remoto de forma excepcional, devido à pandemia. Estes trabalhadores que estão em regime remoto de forma excepcional devem manter o horário de quando trabalhavam no estabelecimento do empregador, sob pena de

caracterizar horas extras", acrescenta a advogada Adriana Machado.

"Ao trabalhar em casa é importante que o profissional siga uma rotina para ser produtivo. Entretanto, é necessário colocar limites para não extrapolar", pontua a especialista em RH e sócia-diretora da Yluminarh, Ylana Miller.

Segundo ela, é essencial priorizar o planejamento e a gestão do tempo. "Estar em casa não significa ter disponibilidade 24 horas para as atividades profissionais. Fazer intervalos ajuda a melhorar a produtividade do trabalho e a saúde mental", recomenda Ylana. ●

Riscos da rotina virtual

Especialista chama atenção para a 'Fadiga do Zoom', que pode levar a um esgotamento mental

Martha Simas

Na nova realidade forçada pela pandemia, grande parte das pessoas teve que se adaptar à rotina virtual. Conversas com amigos e familiares migraram para o formato online, assim como reuniões de trabalho e aulas. A conectividade pode prejudicar corpo e mente, provocando a "Fadiga do Zoom". E a produtividade é afetada, adverte Bárbara Nogueira, diretora da Prime Talent, consultoria empresarial.

Desde 2020, a expressão – em alusão a um dos programas de chamadas de vídeo – tem sido usada. A "Fadiga do Zoom" é gerada por hiperestimulação visual, falta de linguagem corporal; e sensação de estar preso ao ângulo de visão da câmera. Outro gatilho é a autoavaliação constante. A exaustão é provocada pela necessidade de aumentar a atenção nas videocha-

mas para processar pistas não verbais dos participantes. O estado permanente de cansaço pode evoluir ao esgotamento total.

Não emendar reuniões em sequência; ampliar intervalos; evitar ligações prolongadas; substituir chamadas de vídeo por áudio; e incentivar o período de trabalho produtivo e sem conversas virtuais são formas de amenizar o excesso de encontros remotos.

É preciso lembrar que limites precisam ser respeitados. A especialista em gestão de pessoas Daniele Costa resalta para o risco da Síndrome de Burnout. Ter de provar seu valor o tempo todo, dificuldade em se desligar do trabalho, não conseguir relaxar e ter momentos de prazer são características da síndrome. "Na pandemia, o olhar para a vida profissional exigiu mais organização", pontua.

Para evitar o desgaste extremo, é fundamental tirar minutos para



Divulgação

Bárbara Nogueira alerta para a queda de produtividade no home office

olhar para si, seja por meio de atividade física, meditação, alimentação saudável ou conexão espiritual. Ou apenas parar e relaxar.

A médica Patrícia Coelho chama atenção para os danos psicológicos, sociais e econômicos. "Pesquisa do LinkedIn mostra que cerca de 60% dos indivíduos em home office estão insatisfeitos, mais estressados, mais ansiosos e que trabalham uma ou duas horas a mais por dia", aponta ela, ressaltando que o alto nível de ansiedade gera doenças cardíacas, dermatites, asma e bronquite. ●



Sisejufe questiona retorno ao trabalho presencial

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), por exemplo, de 3.644 servidores, 943 estão em home office, que é regulamentado desde 2012. A diretora do Sisejufe Andréa Capellão, e que faz parte do Comitê de Saúde do TRT, afirma que, no tribunal, o teletrabalho já é uma prática desde 2012, mas com a pandemia, quase todos os servidores foram colocados em regime excepcional de trabalho remoto.

No entanto, segundo Andréa, desde novembro do ano passado o trabalho presencial tem sido retomado de forma gradual. "Atualmente estamos na fase 2, com presença de servidores para digitalização, entrega de processos aos advogados e audiências híbridas. As audiências são feitas a distância, mas, quando uma das partes não tem condições tecnológicas para participar, pode se dirigir a uma das salas preparadas no Fórum Ministro Arnaldo Sussekind, no Centro, para a audiência híbrida", explica.

Entre os problemas mais comuns enfrentados pelos servidores em home office, Andréa cita a adaptação às novas ferramentas, além da imposição de metas excessivas por alguns gestores. "O isolamento propiciou o surgimento de problemas psicológicos e de relacionamento em família. Muitos servidores reclamaram de imposição de metas excessivas", revela.

A dificuldade de diálogo com os gestores e com a Presidência do TRT, inclusive, motivou a apresentação de recurso administrativo do sindicato solicitando a alteração do ato que criou o protocolo de retorno ao trabalho presencial.

"Há gestores que exigem trabalho presencial superior ao previsto na decisão judicial proferida em mandado de segurança impetrado pela Associação de Magistrados quando foi iniciada a fase 2", conta Andréa, que observa: "Os mais prejudicados até agora foram os oficiais de justiça, pela característica essencialmente presencial de seu serviço. Muitos ges-

tores não apoiam e não entendem que várias diligências podem ser feitas a distância, por meios telemáticos. Os oficiais foram os mais atingidos pela doença".

Assim como outras categorias, os gastos com energia, telefone, internet e manutenção de equipamentos ficam por conta do servidor. "Não existe nenhuma previsão de verba indenizatória a ser paga pelos tribunais. Inclusive, há algum tempo, o sindicato vem lutando por esse direito", acrescenta Andréa.

Questionada sobre a vida do trabalho no pós-pandemia, a dirigente do Sisejufe apela para o bom senso. "Ainda que não exista mais a pandemia (de coronavírus) no sentido científico, as variantes continuarão a circular. Penso que os tribunais devem priorizar o teletrabalho para poder preservar a vida dos servidores, magistrados, advogados e jurisdicionados, principalmente os do grupo de risco, e manter as medidas de higiene e restrições de circulação por muito tempo", finaliza. ●

A vibrant rainbow arches across a clear blue sky, starting from the top left and ending near the top right. Below the sky, a cityscape is visible, featuring a tall communication tower, several multi-story apartment buildings, and lush green trees in the foreground. A clothesline with orange items is also visible in the lower right. The overall scene is bright and clear, suggesting a sunny day.

VAI PASSAR

A cityscape with a rainbow in the sky. The rainbow is on the left side, arching over the city. The city has various buildings, some modern and some older. There are trees in the foreground. The sky is blue with some light clouds.

Quem diria, que um dia desse chegaria,
O mundo isolado em casa,
Devido a uma grande pandemia?
Quem diria, que a coisa inverteria,
As casas cheias de gente
E as ruas todas vazias?
O abraço foi proibido, um grande temor.
Agora me responda fazendo favor,
No ano passado quantas pessoas você abraçou?
O distanciamento, quem diria, virou forma de amor,
Mas me responda fazendo um favor,
Diferente de você, quantas pessoas você amou?
Faz discurso de todos iguais,
Se comove com injustiças sociais,
Mas quem está na linha de frente morrendo nos hospitais?
Ficar em casa não era uma escolha daquele momento,
Até porque tem gente que não tem casa e vive ao relento.
Temos que escolher entre a saúde ou a fome no meio desse tormento?
O que falta para os nossos líderes é mais discernimento.
O que falta para combater essa doença nesse momento?
É uma questão de Saúde pública e não apenas crença.
Vamos seguir com muito cuidado o que é indicado pela Ciência.
Nesse momento, precisamos ter consciência,
E não ficar aplaudindo devaneios da presidência.
Desviar o assunto e promover chacina,
Desviar dinheiro e renegar vacina,
Foi o plano de um governo genocida
E de mente assassina.
Diz que espera voltar à normalidade,
Que o povo saia dessa vulnerabilidade,
Mas que novo normal é esse, onde não há solidariedade?
Pense no próximo, não seja egoísta,
Usar máscara é um ato altruísta,
Retomar nossa saúde será uma reconquista,
E em mortes, o Brasil deixará de ser recordista.
Ficar em casa foi um ato de coragem,
Não tinha a ver com preguiça ou malandragem,
Ler um livro e embarcar numa grande viagem,
O pôr do sol da nossa janela sempre é uma linda miragem.
Ficar em casa foi um ato de cuidado,
Quem ama cuida, o amado resguardado.
Depois da chuva vem um dia ensolarado
E quando o arco-íris sair, tudo isso terá passado.

Vandei Oliveira - Poeta Seu Zé

Poeta, nordestino, professor de escola pública, gay e autor do livro FALO. Faço provocações políticas e poéticas.

Uma vida de resistência

Cristiane Vianna Amaral

Quem vê a animação da historiadora Maria de Fátima Oliveira Setúbal nas manifestações pelo Fora Bolsonaro não imagina o quanto sua vida e seu corpo foram determinados pela violência da ditadura militar. Entre oito irmãos e irmãs, ela seguiu os passos de Antonio Marcos Pinto de Oliveira e Januário José Pinto de Oliveira, o Janu, dirigentes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) na luta contra o regime opressor entre 1964 e 1985. “Eu queria ser uma mulher revolucionária, uma nova Rosa de Luxemburgo”, relembra.

Como simpatizante da VAR, ela entrou no Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz, fundado pelos dois irmãos. O trabalho de organização era feito na Paróquia Nossa Senhora da Medianeira, onde aconteciam debates, cineclubes, teatro e reuniões. Também fazia parte das atividades, o seu primeiro namorado, José Benedito de Freitas, o Bené. No final de 1971, a repressão invadiu a paróquia, prendeu vários integrantes, entre eles, seu namorado. Por descuido, ele estava com um bilhete de amor guardado, no qual constava o endereço de Fátima,



Eu queria ser uma
mulher revolucionária,
uma nova Rosa de
Luxemburgo
Maria de Fátima



Cristiane Vianna Amaral

que, na época com 18 anos, morava em Vila Isabel, no Rio de Janeiro.

Seis policiais chegaram à casa de sua família, católica, de origem portuguesa. Pediram a bolsa de Fátima, tentando encontrar uma arma. Mas acharam pílulas anticoncepcionais. A mãe, ao ver a filha ser chamada de amante de terrorista, se agarrou ao terço e gritou que ela teria que se casar. “Mas ele é terrorista”, exclamou o pai. “Não importa, estão dizendo que nossos filhos também são. Mesmo na prisão, eles podem se casar?”, perguntou desesperada. “Pra minha mãe, foi pior do que terem tirado uma metralhadora da minha bolsa”, lembra.

Ela, então, alegou que o remédio era das irmãs casadas, mas quanto mais falava, mais enrolada ficava. “Mas eu não quero me casar, sou muito nova, só quero namorar”, implorava. E aquele gostinho de começo de namoro, marcado pelas primeiras experiências sexuais, foi interrompido e registrado. Apenas na ficha das mulheres constava quem eram seus amantes. Na sua, estava o nome de Bené.

No Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no Centro do Rio, sem água e comida, foi interrogada sobre o paradeiro dos irmãos. Levou tapas no rosto, chorou por uma semana, presa sozinha numa cela. Ela que tanto pedia para a mãe dormir fora de casa, teve essa sua primeira experiência na prisão. E foi no Dops que passou o Natal e a virada de 1972.

Maria de Fátima foi presa e foi no Dops que passou o Natal e a virada de 1972



Arquivo pessoal

Assassinato e tortura

No começo de 1972, Fátima e a maior parte dos integrantes do grupo de jovens foram soltos pela articulação de seu tio, o monsenhor Francisco Pinto, secretário do então cardeal do Rio, Eugênio Sales. No entanto, a alegria duraria pouco. Em 29 de março, uma Sexta-feira Santa, Marcos seria uma das vítimas da Chacina de Quintino. “Janu continuou clandestino, traumatizado ao saber do assassinato do irmão e de duas companheiras”, relembra.

Um mês depois, Fátima foi presa pela segunda vez, em casa. A Polícia do Exército queria que revelasse o paradeiro de Janu. Havia a informação de que ela encontraria com o irmão naquela tarde. “Fui levada em um carro com três homens, que me encapuzaram e, ao chegar no DOI/Codi, me despiram e me submeteram a toda espécie de torturas físicas e psicológicas”, recorda.

Fátima realmente tinha encontro marcado com o irmão às 18h. Sabendo que o combinado era nunca esperar mais do que 15 minutos, foi preciso resistir a chutes, pau de arara e choques elétricos nos seios e na vagina. Desesperada, aceitou ir ao local onde encontraria Janu, rezando para que ele não estivesse mais lá. Disciplinado, o irmão tinha ido embora. “Chegamos por volta das 18h25. A polícia estava armada para matá-lo. Se isso tivesse acontecido, eu nunca me perdoaria”, revela. Com medo de voltar e morrer torturada, Fátima inventou que

havia um aparelho (esconderijo dos clandestinos) no Cosme Velho.

Ao chegarem lá, escolheu uma casa aleatória, imediatamente invadida. As madames, que tomavam chá na sala, ficaram chocadas: além dos policiais com metralhadoras em punho, uma jovem toda vomitada e ensanguentada gritava: “Sou presa política”. “Mas eu não posso fazer nada”, respondeu a dona da casa. “Pode, sim, pode denunciar à imprensa, à OAB, à CNBB que me viu. Eu posso ser morta!” “Ela é terrorista, que atira para matar. É maconheira”, revidavam os agentes da repressão. Detalhe: além de nunca ter usado armas, a militante nunca tinha visto ou sequer reconhecia o cheiro de maconha. Enquanto isso, a família fazia tudo para descobrir o seu paradeiro e conseguir liberá-la. A denúncia chegaria, inclusive, ao Vaticano.

Sob pressão, o comandante do 1º Exército, general Sílvio Frota, foi vê-la no DOI/Codi. Ao saber que tinha 18 anos, lembrou da neta com a mesma idade. “Perguntei o que ele faria se visse sua neta no estado em que eu me encontrava. Ele não me respondeu, apenas me disse que eu iria para um hospital”, conta.

Fátima chegou ao Hospital Central do Exército sob risco de vida. “Passei meu aniversário de 19 anos presa.” Ela soube que os pais levaram um bolo, mas não puderam entrar. Se por um lado, o 1º de maio é dia de comemorar a vida, por outro, a data também é marcada por um momento traumático.

Na cela da frente, estava preso Carlos Otávio Camacho de França, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O sargento Argolo, que cuidava de Fátima, deixou que ela se aproximasse da janelinha, tão pequena que mal dava para ver o rosto do companheiro. Através das grades, ele segurou e beijou as mãos dela. “Esse companheiro também é lindo”, pensou Fátima, apesar da saudade de Bené, preso no Dops. Cantaram “Parabéns pra você” e Camacho entoou o hino da Internacional Socialista com o punho fechado e o braço erguido.

Parece ficção, mas...

Fátima se casou com Wendell Setúbal, pai de sua filha, Mariana. Casou novamente e teve Daniel. Para sua tristeza, Janu foi morto em 1983, provavelmente pelo grupo de extermínio Esquadrão da Morte.

Para sua alegria, tem dois netinhos, Eduardo e Beatriz. No entanto, a história de amor entre ela e Bené ainda continuaria. Quando estava se separando pela segunda vez, soube que ele voltara do exílio. “Nos reencontramos 30 anos depois. Coisa de novela!”, conta.

Em 2013, Fátima deu um depoimento à Comissão da Verdade, em audiência pública sobre a Chacina de Quintino. Seu cotidiano se modificou totalmente: era chamada para eventos, procurada pela imprensa e teve a vida retratada em documentários, entre eles História do Brasil – Memórias de uma menina na noite escura da ditadura, disponível no Youtube. Foi uma das protagonistas da comemoração dos 50 anos do Golpe de 1964, em 2014.

Então veio a notícia que abalaria sua vida: Bené estava com câncer. Dispensou palestras e entrevistas e ficou ao lado do grande amor até a sua morte. Viúva há cinco anos, Fátima se aposentou como professora, mas continua na luta. “Eu quero ser uma mulher plena e feliz, buscando o bem para todos e liberdades democráticas; num país massacrado como o nosso, me sentir uma cidadã participativa. Fora Bolsonaro!” ●



O Shibari é reconhecido como arte erótica. Quem amarra é o artista, que faz sua escultura

Erotismo, amor e dor

“Foi amor ao primeiro nó”, conta Ana Paula Stock, terapeuta corporal adepta de Shibari desde 2017. A técnica tem origem em práticas militares de aprisionamento e tortura no Japão feudal. No Ocidente, no século passado, ganhou ares de erotismo e é associada ao sadomasoquismo, fetichismo e ao empoderamento feminino. “É com a submissa que está o poder porque é quem dá o consentimento”, explica.

No jogo erótico, as cordas viram instrumento de comunicação, ainda mais quando olhos e boca estão

vendados. “Quem está amarrando tem que estar atento às reações, como respiração, gemidos e batimentos cardíacos. Para quem está sendo amarrado, o mundo some. Uma espécie de estado meditativo, no qual o corpo procura conforto no desconforto, as sensações passam pelo carinho, prazer e dor”, detalha.

O Shibari é reconhecido como arte erótica. Quem amarra é o artista, que faz sua escultura. “Quando sou amarrada, me sinto forte, linda, no meu esplendor. Como uma joia”, revela Ana Paula.



Mas fica a pergunta: quando a dor se transforma em prazer?

Muito além dos limites

A psicóloga Carmen Livia Parise sabe, dos tempos em que fazia atendimento terapêutico, quando estava na universidade, que o corpo é um lugar “almado”, muito além dos seus limites. E que a arte é fundamental para expressar seus sentimentos. No atendimento clínico desde 2002, vê as reflexões sobre esse espaço de vida, especialmente das mulheres, em mudança, atravessado pelo pensamento feminista. Hoje, o copo também é visto como possibilidade, mesmo que algumas perguntas (O que querem que eu seja? Qual o destino que me foi colocado?) ainda demonstrem certa docilidade marcada pela monogamia, conceito que ultrapassa o fazer sexo com uma única pessoa (Posso no primeiro encontro?), e que revela uma norma patriarcal, “hoje o corpo também é visto como possibilidade”.

“Mas as transformações estão aí, expandindo-se e embaralhando o status quo, nas áreas profissional e amorosa”, entre tantas outras da vida. “A fruição está no corpo que dança, que festeja, naquele que, não contente em comer a macarronada, ainda passa o pão no molho do prato”, observa.

Como o corpo também é político, a análise sob esse aspecto não pode ser deixada em segundo plano. “Paulo Guedes certamente se chocaria com o fato de que o ‘corpo de pobre’ não é um corpo pobre”. “Engana-se quem pensa que o ‘pobre’ quer a sobra do pão amanhecido. Quando aceita, não é por desejo, mas necessidade e pela terrível e soberana vontade de sobreviver. Mitigar a dor nunca foi prazer. A produção de fome é também o caminho para o corpo dócil. Interessa a quem mesmo?” interroga. ●



Maior museu de história natural da América Latina reconstrói seu acervo

Arte: Gilson Castro sobre foto de Diogo Vasconcellos MN

Manuella Soares

Três anos depois da tragédia que abateu a primeira instituição científica do Brasil e transformou em cinzas um dos maiores museus das Américas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) lançou a campanha Museu Nacional Vive. A iniciativa busca angariar doações de outras instituições e de colecionadores para a recomposição do acervo para pesquisa e visitação do Palácio da Quinta da Boa Vista, onde morou a Família Imperial.

Segundo o diretor do museu, Alexander Kellner, a campanha formaliza uma ação junto à sociedade que foi iniciada dias pós o incêndio em 2018 que consumiu 20 milhões de itens e 90% da estrutura física. A iniciativa do Comitê de Recomposição do Museu Nacional, composto pela UFRJ, Unesco e Instituto Cul-

tural Vale, busca conseguir refazer quatro circuitos de exposição: Histórico (mil peças); Universo e Vida (4,5 mil peças); Diversidade Cultural (2,5 mil peças); e Ambientes Brasileiros (duas mil peças).

“Sem um acervo expressivo, nós não teremos nosso museu de volta. Temos total consciência de que não teremos sucesso sem a intensa colaboração nacional e internacional. Precisamos de exemplares de animais e plantas, de fósseis e minerais, objetos etnográficos, históricos, arqueológicos e tantos outros”, disse Kellner, durante entrevista coletiva para divulgação da campanha.

Em fevereiro de 2019, cerca de três mil peças haviam sido recuperadas. Do prédio, sobrou a fachada, o jardim interno e uma escada de mármore. Durante o lançamento virtual da campanha, Julio Costa Leite, superintendente do BNDES, lembrou que, dois meses antes da



tragédia, o banco havia acordado com a gestão da universidade a liberação de R\$ 21 milhões para viabilizar um projeto que modernizaria todo o sistema de segurança e prevenção de incêndios da unidade.

“Infelizmente, não deu tempo de iniciar as obras que estavam previstas. Após a tragédia, reforçamos nosso apoio com R\$ 28 milhões



A iniciativa busca angariar doações de outras instituições e de colecionadores para a **recomposição do acervo para pesquisa** e visitação do Palácio da Quinta da Boa Vista



Divulgação

A campanha visa mobilizar a sociedade para ajudar a recuperação do acervo do museu que ganhou um site, o www.recompoemn.ufrj.br

e, no ano passado, acrescentamos mais R\$ 22 milhões, chegando a R\$ 50 milhões”, afirmou.

Segundo o representante do banco, esses recursos foram destinados a obras da fachada do museu e dos telhados do bloco 1, o que corresponde à metade da área do prédio. A ideia dos gestores é que seja possível reabrir o Museu Nacional para o público em setembro do ano que vem. Mas o visitante poderá circular apenas pelo Jardim das Princesas, uma área que também está sendo recuperada e que, até então, nunca foi aberta ao público. A reinauguração total está prevista apenas para 2026.

A campanha Museu Nacional Vive foi lançada propositalmente na data que marcou os três anos da tragédia, mas faz também uma alusão ao dia da assinatura da Declaração da Independência do Brasil, em 2 de setembro de 1822, pela Imperatriz Leopoldina. A reitora da UFRJ, professora Denise Pires, destacou a luta travada pela comunidade científica e universitária para manter a produção de conhecimento e a pesquisa de ponta.

“Apesar de sermos independentes há 200 anos, ainda não somos uma

nação autônoma que produz e exporta tecnologia. Somos uma nação que ainda questiona a importância da cultura, do desenvolvimento científico, artístico e cultural. Essa página da nossa história precisa ser mudada”, alertou a reitora, que, em maio último, chegou a dizer que precisaria “fechar” a universidade por falta de repasses de verbas pelo governo Bolsonaro.

Em 2012, o total de verbas para o custeio da instituição era de R\$ 773 milhões. Para 2021, foram aprovados apenas R\$ 299 milhões, sendo que, destes, 18,4% chegaram a ser bloqueados pelo governo Bolsonaro no primeiro semestre.

Que futuro teremos?

Em 2018, dois dias após a noite do incêndio, a antropóloga Adriana Facina escreveu para a imprensa carioca que o Museu Nacional havia morrido, tinha sido assassinado e que aquele era o momento de se repensar o futuro ou não haveria o que ser contado. Três anos depois, a pesquisadora, que faz parte do corpo docente do museu, avalia o processo de reconstrução da instituição.

“O Museu Nacional começou a re-



Divulgação

No site, é possível conhecer virtualmente novas coleções como a Cerâmica Nazca, doada por Julio Landman

nascer no dia seguinte ao incêndio. O nosso luto foi trabalhando, primeiramente apagando o resto do incêndio, resgatando o que foi possível e imediatamente mobilizando toda a instituição para a sua reconstrução. O incêndio foi muito grave e o que perdemos não tem volta, é uma perda irreparável, mas a gente renasce agora como um novo museu. Com as peças que puderam ser resgatadas, com novas coleções, com novos espaços de trabalho mais adequados e seguros. Então, sim, é possível dizer que renascemos, não para apagar a história do acontecido, mas para erguer uma nova história a partir daí”, relatou.

Sobre a importância da instituição para salvaguardar a memória do tempo presente dos ataques ultra-conservadores que a Cultura e a Ciência vêm sofrendo no último período, Adriana diz “que os fascismos de modo geral são inimigos da memória, pois tentam construir uma versão oficial da história em que a tradição dos oprimidos é totalmente apagada”. “Walter Benjamin fala que é dever daqueles que são comprometidos com a história dos oprimidos de escrever essa história a contrapelo”.

Para a professora, o processo de reconstrução do museu tem sido uma oportunidade também para que outras histórias não dominantes emergjam. “Temos feito isso com a participação ativa, por exemplo, de representantes de povos indígenas brasileiros na tentativa de construir um museu em que as suas coleções não sejam frutos de uma lógica colonial, como foi no passado. A construção dessa memória precisa trazer histórias múltiplas, contadas de diversos pontos, as histórias que não estão na história oficial, como diz o samba da Mangueira ‘História que a história não conta’. Isso é muito importante”.



Divulgação

A Refresqueira doada por Cícero Amaral também pode ser conferida

Falta de verbas foi a fagulha

O inquérito da Polícia Federal, divulgado em julho do ano passado, concluiu que o incêndio que destruiu o Museu Nacional começou a partir de um curto-circuito em aparelho de ar-condicionado, e que não houve omissão dos gestores. A tragédia foi a consequência de sucessivos cortes de verba para manutenção no ano anterior ao incêndio, ela havia caído para R\$ 454 mil, contra R\$ 676 mil em 2014.

A campanha para mobilizar a sociedade por meio de pessoas ou instituições e ajudar a recuperar o acervo do Museu Nacional ganhou um site, o www.recompoe.mn.ufrj.br. Nele, é possível conhecer virtualmente novas coleções do museu, como o conjunto de 27 peças Greco-Romanas, doado pelo diplomata aposentado do Itamaraty Fernando Cacciatore, a Coleção de Molluscas, presente do músico Nando Reis, e a Coleção Etnográfica Indígena, cedida por Tunico Benites. ●



Divulgação

A coleção de Molluscas que está em exposição virtual foi um presente do músico Nando Reis



REFORMA
ADMINISTRATIVA:
**QUEM PAGA
A CONTA
É O POVO**

#ContraPEC32
#VivaOSUS #VaiPiorar

Servidores do Judiciário avançam nas questões de carreira junto ao CNJ

Sisejufe levou à Fenajufe propostas aprovadas no Encontro Estadual de Carreira em temas como Polícia Judicial, NS sem tabela e AQ



Tais Faccioli

O ano de 2021 tem sido importante para as discussões de carreira no Poder Judiciário da União. Foi instalado, em julho, o fórum Permanente de Carreira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da portaria Nº 119. O fórum é uma luta antiga da Fenajufe, do Sisejufe e demais sindicatos de base que buscam, incansavelmente, espaço de debate sobre as demandas da categoria. Fazem parte das discussões titulares e suplentes do STF, CNJ, STJ, TST, TSE, STM, TJDFT (um de cada órgão) e seis representantes da Fenajufe,

incluindo a coordenadora Lucena Pacheco, que é também diretora do Sisejufe. A especialista em carreira Vera Miranda assessora a federação no trabalho.

Convidada do Encontro Estadual de Carreira do Sisejufe, realizado nos dias 21 e 22 de julho, a servidora do CNJ e coordenadora do grupo 1 do Fórum Permanente de Carreira do CNJ, Meg Gomes, explicou que esse tema já vinha sendo apontado há muitos anos pela Fenajufe e outras entidades e associações como uma necessidade e agora, finalmente, foi instituído.

O fórum foi composto por Grupos de Trabalho (GTs). O primeiro, que

trata da estrutura de cargos, carreiras e revisão de normas e portarias conjuntas, foi dividido em três subgrupos: Adicional de Qualificação de Especialização (AQ), polícia judicial e investidura do cargo de técnico. O segundo trabalha questões das recomposições e questões salariais. E o terceiro trata do reenquadramento dos auxiliares e VPNI dos oficiais de justiça.

“Eu acredito que esse momento é ímpar. Tenho 16 anos de Poder Judiciário e nunca vi tamanha abertura para debate. Queremos imprimir ritmo de trabalho para apresentar propostas concretas até o fim do ano”, garantiu Meg Gomes.

Novo olhar para a carreira

Também convidada do encontro estadual promovido pelo Sisejufe e integrante do Fórum Nacional de Carreira, a secretária de gestão de pessoas do TSE, Ana Claudia Mendonça, revelou que as novas necessidades da carreira passam por flexibilidade, personalização, inclusão e diversidade.

Ela lembrou que há subgrupos que estão olhando para a questão do desenvolvimento. “Aumentou a complexidade do nosso cenário por causa do momento que estamos vivendo da pandemia. A gente sai do mundo mais volátil e complexo para um mundo mais ansioso, não linear e onde as pessoas têm menos compreensão. Há muita insegurança em relação a vacinas, retorno ao presencial, segurança para o trabalho...”, exemplificou.

“Durante anos, a gente vinha de uma tônica muito linear e agora o mundo não será mais o mesmo. A forma de trabalhar não será mais a mesma. Nós não somos mais os mesmos e temos que pensar novas formas – olhar todos os vieses e romper novos paradigmas”, provocou.

Protagonismo do Sisejufe

O encontro estadual também tratou de temas mais específicos, como nível superior para técnico e estruturação da polícia judicial, com a participação da coordenadora da Fenajufe e diretora do Sisejufe, Lucena Pacheco e do diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves.

Lucena Pacheco contou detalhes do trabalho que ela e a assessora política Vera Miranda acompanham no Grupo 1 do Fórum de Carreira do CNJ, relacionado ao debate sobre re-



O encontro estadual também tratou de temas mais específicos, como Nível Superior para técnicos e estruturação da Polícia judicial

quisito do ingresso para o cargo de técnico, cuja minuta de lei foi apresentada pela Fenajufe.

A coordenadora da federação fez um histórico do NS, de busca da valorização do cargo de técnico judiciário, e explicou a necessidade de se corrigir distorções das atribuições e evolução do cargo, devido às inovações tecnológicas.

Lucena lembrou que o pleito é antigo. A proposta de anteprojeto de lei sobre o tema foi aprovada em outubro de 2015 pelos delegados da XIX Plenária Nacional, ocorrido na cidade de João Pessoa, na Paraíba, com participação de 30 sindicatos. E citou os encontros regionais que contaram com a participação de representantes de vários sindicatos. O Sisejufe fez um encontro em Teresópolis (RJ) que aprovou a Carta de Teresópolis, que serviu de norte para uma abordagem mais incisiva e sólida. Agora, nesta nova fase do debate, o anteprojeto que pede mu-

dança no requisito para ingresso dos técnicos judiciários foi apresentado novamente com as devidas atualizações.

Polícia Judicial

O diretor do Sisejufe Valter Nogueira lembrou que a luta para o Judiciário ter uma estrutura de polícia com capacidade de se autoprotger vem dos últimos 20 anos. E explicou que é um processo que deságua agora em outro muito maior, a criação da polícia judicial, que está se consolidando. Valter contou, em detalhes, a atuação do Sisejufe, Fenajufe e Agepoljus nesse processo até chegar aos dias atuais.

De acordo com Valter, houve algumas tentativas no Congresso de incluir o Judiciário no direito de poder organizar sua polícia, como acontece no Senado e na Câmara, que acabaram não prosperando. Somente no ano passado houve a mudança na nomenclatura do cargo para Polícia Judicial, por meio de Resolução do CNJ.

O dirigente sindical afirmou que o Sisejufe elaborou e encaminhou uma proposta ao subgrupo que discute a polícia judicial na Comissão de Carreira para contemplar o que o segmento vinha debatendo com a categoria nos últimos 20 anos. “A ideia é não ficar na mão de uma resolução, que pode ser revogada. Temos que mandar para o Congresso algo que seja estruturado, denso e que tenha lastro. Regulamentar a inteligência, investigação e todas as áreas de atuação de uma polícia para que não tenha isso apenas por resoluções”, concluiu. ●



Encaminhamentos do Encontro Estadual de Carreira levados à Fenajufe

PROPOSTA 1

Adicional de Qualificação

Com base nas discussões existentes no Fórum de Carreira da Fenajufe, o Sisejufe propõe que os Adicionais de Qualificação de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu), com vinculação direta à função exercida pelo servidor, tenham equivalência com Mestrado e Doutorado, nos seguintes termos:

1. Curso de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu): 7,5% do VB
2. Cursos de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) ou Mestrado: 12% do VB
3. Cursos de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) ou Doutorado: 15% do VB

PROPOSTA 2

Recomposição Salarial

Determinar que o Fórum de Carreira da Fenajufe, por meio de seus coordenadores, divulgue para a categoria as simulações relativas ao índice de reajuste proposto para o exercício de 2022, de modo a demonstrar a diferença salarial existente nos valores de tabela, caso o reajuste incida sobre o Vencimento Básico (VB) ou sobre o VB + GAJ ou apenas sobre a GAJ.

PROPOSTA 3

Recomposição Salarial

O Sisejufe solicitou que o Fórum de Carreira da Fenajufe estabelecesse, nas discussões relacionadas à margem orçamentária disponível a viabilizar o reajuste para o exercício de 2022 (fechado em 31/8/21) e, nas simulações de reajuste os efeitos da decisão do STF, no tocante à absorção dos valores incorporados a título de VPNIs, de modo a potencializar o índice proposto, considerando que boa parte da categoria teria o reajuste absorvido integral ou parcialmente.

PROPOSTA 4

Valorização do Cargo de Técnico Judiciário

1. Que os TJAA voltem para a carreira judiciária, com base no parecer técnico de Carlos Maldonado, já encaminhado à Fenajufe;
2. A defesa do NS sem tabela, com base no parecer do Dr. Rudi Cassel, também já encaminhado à Fenajufe;
3. Contratação do DIEESE para elaboração de estudo técnico viabilizando o NS;
4. A volta da sobreposição.

PROPOSTA 5

Valorização do cargo de Analistas Judiciários

1. Debater e elaborar propostas para modernização da carreira judiciária e para o cargo de analista judiciário, definindo de forma clara as atribuições contidas na Lei 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do PJU, com especialização dos analistas;
2. Cobrar programas eficazes para a capacitação e qualificação dos analistas a serem realizados pelos tribunais e pelo próprio CNJ;
3. Promover, de forma ampla, a valorização do cargo de analista judiciário no conjunto da carreira judiciária e trabalhar pela valorização salarial, evitando a estagnação que atinge parte dos servidores no final de carreira;
4. Lutar em conjunto com os ocupantes dos demais cargos do PJU, caso seja inevitável a aprovação da Reforma Administrativa, para sermos considerados como cargo típico de estado.



Tentativas de desestabilização voltam a assombrar países da América Latina

Movimentos transformadores com participação popular lutam para evitar influência do capitalismo contemporâneo na região

Max Leone

Em meio à pandemia da covid-19, a América Latina vive momentos de resistência para tentar se livrar de um outro “vírus” que, ao longo da história, assombra a região: tentativa de desestabilização social, econômica e política dos países, inclusive o Brasil, com as digitais do capitalismo contemporâneo. Após uma onda em que a direita e os conservadores assumiram o poder em alguns países, especialistas destacam ser possível observar movimentos transformadores com a participação popular para evitar o aprofundamento das crises provocadas pelo capital internacional na região.

Na avaliação de Mariana Bruce, pesquisadora, professora de História da Secretaria Estadual de Educação do Rio e autora do livro “Estado e Democracia nos Tempos de Hugo Chávez (1998-2013)” - FGV, 2016 -, um futuro desafiador para o continente pode ser projetado, com possibilidades reais de apostar em alternativas emancipatórias e de transformação social. Mas, segundo Mariana, dá para

perceber que há base fértil para a redefinição das estratégias de reexistência, levando em conta “a crítica aos limites dos próprios governos de viés nacionalista popular, dos acúmulos conquistados por diversos movimentos sociais nesse período e somado à atual conjuntura da pandemia que contribui para o recrudescimento das desigualdades sociais e precarização do trabalho de forma ampla e generalizada no continente, chegando em alguns casos a uma tragédia humanitária como no Brasil”. A pesquisadora considera ainda que todo esse ambiente pode, inclusive, “lançar um porvir com pautas ainda mais radicais”.

E esse cenário foi constatado pelo último relatório do Observatório de Conjuntura da América Latina (OBSAL), do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. O estudo mostra que “as bases do continente e do mundo continuaram se movendo em meio à disputa global entre o primado da vida e os desígnios do capital”. Segundo André Cardoso, economista e coordenador do instituto, no escritório Brasil, e Marcelo

Depier, pesquisador da entidade, no documento há revelações de multiplicidade de eventos, que, entre outros pontos, permitem informar os avanços que tiveram os processos emancipatórios e transformadores de alguns países da América Latina.

O trabalho também, de acordo com eles, reforça retrocessos, potencializados pelo contexto do segundo ano de pandemia, que “continua a escancarar a desigualdade, a exploração e o egoísmo, típicas manifestações do sistema capitalista na região”. O relatório é elaborado bimestralmente. O mais recente compreende o período entre maio e junho de 2021. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social é instituição internacional, que se baseia em movimentos populares e políticos da Ásia, África e América Latina, em prol do pensamento crítico e da emancipação das aspirações dos povos.

O documento analisa a conjuntura da América Latina. Inicialmente, destaca as eleições presiden-



Após uma onda em que a direita assumiu o poder, especialistas observam movimentos transformadores com a participação popular para evitar o aprofundamento das crises provocadas pelo capital internacional

ciais no Peru. A vitória nas urnas de Pedro Castillo, ao derrotar Keyko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, fez com que peruanas e peruanos, além da população de outros países, demonstrassem entusiasmo, e despertasse o renascer da esperança na região, inclusive no Brasil, que vive dias de tensão com as ameaças e as afrontas do governo Bolsonaro à democracia.

Pedro Castillo, o “professor a cavalo”, assim como é conhecido o presidente eleito, de raízes populares e propostas de esquerda, obteve a maioria dos votos nas eleições. Mas a candidata derrotada insistiu em não aceitar o resultado e levou mais de um mês para reconhecer a decisão das urnas. A recusa foi recheada por tentativas de golpe do fujimorismo e da direita local, que não aceitaram a vitória de Castillo. Após fracassar, não tiveram jeito e reconheceram a derrota.

Na Colômbia, uma grande mobi-

lização nacional, com greve geral, tomou o país, com forte repressão por parte do governo central. A população foi às ruas exigir reformas estruturais. Em contrapartida, o governo de Iván Duque adotou mecanismos antidemocráticos de repressão e violação dos direitos humanos para sufocar os protestos. Os casos foram tão graves que levaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), a enviar representantes ao país e elaborar relatório comprovando denúncias de desrespeito aos direitos humanos na Colômbia.

O relatório apontou “uso desproporcional da força, violência baseada no gênero, violência étnico-racial, contra jornalistas e médicos, irregularidades no traslado de proteção e denúncias de desaparecimentos”. Indica atuação de “grupos armados irregulares, como paramilitares e narcotraficantes e postura de conflito armado” por parte do Estado.

Já na Bolívia, o relatório comenta como os golpistas foram denunciados e suas ações expostas ao cenário internacional com as investigações do The Intercept, comprovando que o golpe de Estado sofrido pelo presidente Evo Morales nada mais foi que orquestração planejada e organizada sob o comando dos Estados Unidos, com o apoio, inclusive, de diversas lideranças de países vizinhos, como o Brasil. Morales se viu obrigado a fugir para o México sob ameaças do Exército, após ser declarado vencedor da eleição.

Autoritariamente, em seu lugar, assumiu um regime não eleito de direita, capitaneado pela autoproclamada “presidenta interina” Jenine Áñez, que ordenou o massacre militar que matou dezenas de apoiadores indígenas de Morales e garantiu imunidade aos responsáveis. O então secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, comemorou o golpe na ocasião. Entretanto, após muita pressão e mo-

Foto: Oxi.Ap / CC BY 2.0



Uma grande mobilização nacional, com greve geral, tomou a Colômbia, com forte repressão do governo. A população exigia reformas estruturais

bilização, os bolivianos voltaram às urnas e deram a vitória a Luis Arce, ex-ministro das finanças de Evo Morales e candidato do Movimento ao Socialismo (MAS), reestabelecendo a democracia e devolvendo a esperança a quem acredita no processo democrático livre, não somente na Bolívia, como também em vários outros países do continente, inclusive o Brasil. A Procuradoria-Geral da Bolívia denunciou Jenine por genocídio.

Para Mariana Bruce, diante do cenário atual, há sinais de transformações na região. “Indícios desses movimentos ocorrem quando a chapa do MAS, composta pelos ex-ministros de Evo Morales, Luis Arce (Economia) e David Choquehuanca (Relações Exteriores), vence a eleição presidencial, em outubro de 2020, com 55,11% dos votos ou com a vitória de Pedro Castillo, no Peru, em julho de 2021, mesmo com margem percentual bem pequena com relação à candidata fujimorista”, reforça a professora de História.

A Venezuela se prepara para eleições regionais de novembro. O governo central abriu nova rodada de negociações sobre temas importantes, como as sanções impostas pelos EUA, e o reconhecimento da Constituição Nacional e dos cinco Poderes Públicos. As negociações envolvem o governo dos EUA e a oposição existente, e deixa de fora a figura de Juan Guaidó, personagem sem qualquer representação ou apoio nacional.

O Chile vai enterrar definitivamente a herança da ditadura do general Pinochet ao promover eleições para sepultar de uma vez por todas a Constituição dos tempos sangrentos da ditadura, ressalta o relatório do Observatório de Conjuntura da América Latina. A nova Carta Magna será redigida por 83 mulheres e 72 homens eleitos democraticamente, reservando ampla representatividade a povos indígenas e setores independentes. O país terá a primeira Constituição do mundo com



Há sinais de transformações. Na Bolívia, a chapa do MAS venceu para presidente. A Venezuela se prepara para eleições regionais. O Chile enterrará a herança da ditadura Pinochet com aprovação de uma nova Constituição

igualdade de gênero. Das 155 cadeiras da Assembleia Constituinte, 17 serão ocupadas pelos povos originários chilenos, 12,8% da população. A maioria das vagas terá mulheres indígenas.

O relatório avalia que o amplo debate sobre o modelo do país deixará para trás a carga neoliberal da Constituição vigente. A disputa presidencial será definida entre novembro e dezembro. Na última semana de junho, o prefeito do município de Recoleta, Daniel Jadue, do Partido Comunista, aparecia como favorito com 14% de intenções de voto, de acordo com pesquisa da empresa Cadem. O atual presidente Sebastián Piñera caminha para o final da gestão com apenas 18% de aprovação popular.

Na Argentina, a expectativa é em relação às eleições legislativas em novembro, em meio ao avanço das taxas de vacinação e da chegada de mais remessas de doses de imunizantes. Mas o clima polí-

Foto: Andrés Arauz / BY-NC-SA 4.0



A vitória do MAS na Bolívia devolveu a esperança a quem acredita no processo democrático livre



Foto: Jose Pereira (CC BY-NC-ND 2.5)

O Chile terá a primeira Constituição do mundo com igualdade de gênero. Das 155 cadeiras da Assembleia Constituinte, 17 serão ocupadas pelos povos originários



No Uruguai, a mobilização popular mostrou força contra Lacalle Pou. No Paraguai, manifestações contra falta de medicamentos no combate à pandemia acentuaram a crise política do governo Benítez

tico é tenso com denúncias contra o ex-presidente Mauricio Macri e alguns de seus colaboradores. O atual presidente, Alberto Fernández, de centro-esquerda, encaminhou à Justiça pedido de investigação para apurar denúncias contra Macri por suposta participação em contrabando de munições à Bolívia para reprimir manifestações contra a então presidente interina, Jeanine Áñez, em 2019. Macri nega as acusações e alega perseguição política.

No Uruguai, a mobilização popular mostrou força contra o governo do presidente Luis Lacalle Pou e a Lei de Urgente Consideração (LUC). Movimentos sociais, sindicatos e coletivos foram às ruas e conseguiram recolher mais de 760 mil assinaturas para referendo popular contra a LUC. O objetivo é revogar grande parte dos artigos do pacote aprovado em julho de 2020. Tratam de Segurança, Educação, Trabalho, Economia, Saúde e Meio Ambiente.

Os pontos mais questionados são os que flexibilizam o uso da força policial, regulamentam o direito de greve e declaram piquetes ilegítimos feitos em espaços públicos ou privados que “afetam a livre circu-

lação de pessoas, bens ou serviços”. A lei permite usar força pública para dissolver os protestos. A medida é tratada como “norma repressiva que criminaliza o protesto social”. Há também o item que prevê para menores de idade a ampliação de penas mínimas e máximas, além de limitar o regime de semiliberdade a adolescentes.

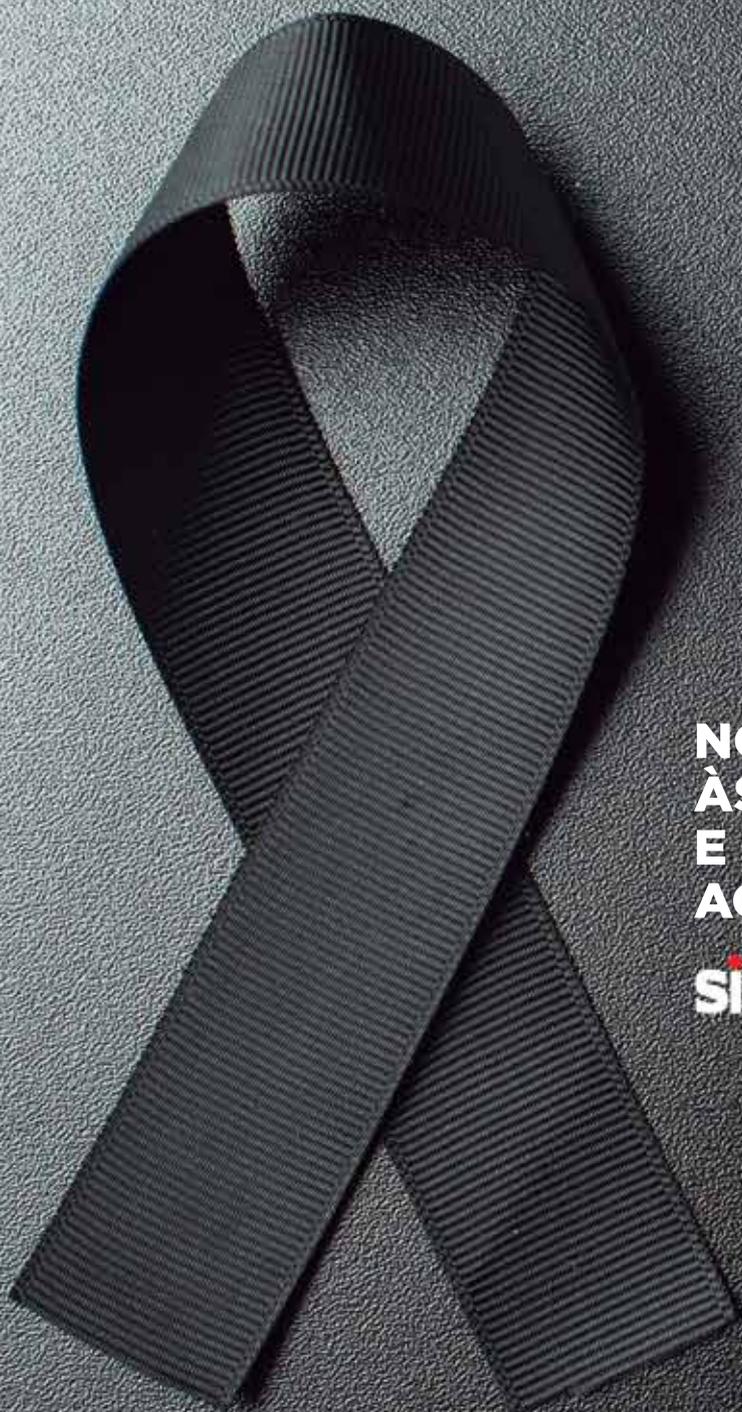
No Paraguai, manifestações contra falta de medicamentos e insumos no combate à pandemia acentuaram a crise política do país contra o governo de Mario Abdo Benítez. O ministro da Saúde caiu e as movimentações pelo impedimento do presidente começaram a agitar o país. Várias manifestações que incluíram pessoal de Saúde, familiares de vítimas de covid-19 e opositores foram registradas. O governo chegou a fechar a fronteira, inclusive a com o Brasil, na tentativa de conter a entrada do coronavírus. A situação foi agravada quando surgiram denúncias de corrupção, na pandemia, e a partir do momento que as medidas restritivas foram relaxadas. Mas o pedido de impeachment contra Abdo foi rejeitado pelo Congresso por maioria, provocando mais manifestações populares no país. ●

28 DE OUTUBRO

DIA DA SERVIDORA E DO SERVIDOR PÚBLICO

**VOCÊ FAZ
A DIFERENÇA
NO ATENDIMENTO
À POPULAÇÃO**

SISEJUFE



**NOSSA HOMENAGEM
ÀS VÍTIMAS DA COVID-19
E SENTIMENTOS
AOS FAMILIARES.**

SISEJUFÉ